

CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIHORIZONTES

Programa de Pós-graduação em Administração Mestrado

José Ferreira Neto

QUEM É O ALUNO COM MAIS IDADE NA SALA DE AULA?

**Uma análise do ageísmo na percepção dos alunos da Educação de Jovens e Adultos
(EJA) em uma escola estadual de Minas Gerais**

Belo Horizonte
2024

José Ferreira Neto

**QUEM É O ALUNO COM MAIS IDADE NA SALA DE AULA?
Uma análise do ageísmo na percepção dos alunos da Educação de Jovens e Adultos
(EJA) em uma escola estadual de Minas Gerais**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em Administração do Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração, do Centro Universitário Unihorizontes, como Requisito Parcial à Obtenção do Título de Mestre em Administração.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Thais Pinto da Rocha Torres

Área de Concentração: Organização e Estratégia

Linha de Pesquisa: Relações de poder e Dinâmica das Organizações

Belo Horizonte
2024

NETO, José Ferreira

N469q

Quem é o aluno com mais idade na sala de aula?: uma análise do ageísmo na percepção dos alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) em uma escola estadual de Minas Gerais. Belo Horizonte: Centro Universitário Unihorizontes, 2024.

81 p.

Orientadora: Dr^a. Thais Pinto da Rocha Torres

Dissertação (mestrado). Centro Universitário Unihorizontes. Programa de Pós-graduação em Administração.

1. Ageísmo - Educação básica - Educação de Jovens e Adultos - Gestão escolar - Envelhecimento

I. José Ferreira Neto. II. Centro Universitário Unihorizontes – Programa de Pós-graduação em Administração. III. Título.

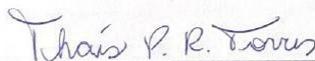
CDD: 658.370

Ficha catalográfica elaborada pelo Bibliotecário
Bruno Tamiatt de Almeida CRB6 3082

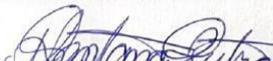
Instituto Novos Horizontes de Ensino Superior e Pesquisa Ltda.
Centro Universitário Unihorizontes
Mestrado Acadêmico em Administração

ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE Mestrado Acadêmico em Administração do(a) Senhor(a) **José Ferreira Neto** REGISTRO Nº. 777 No dia 04/10/2024 às 14:00 horas, reuniu-se no Centro Universitário Unihorizontes, a Comissão Examinadora de Dissertação, indicada pelo Colegiado do Programa de Mestrado Acadêmico em Administração do Centro Universitário Unihorizontes, para julgar o trabalho final intitulado "**QUEM É O ALUNO COM MAIS IDADE NA SALA DE AULA? Uma análise do ageísmo na percepção dos alunos da Educação de Jovens e Adultos – EJA em uma escola estadual de Minas Gerais.**" Abrindo a sessão, o(a) Senhor(a) Presidente da Comissão, **THAIS PINTO DA ROCHA TORRES**, após dar conhecimento aos presentes do teor das Normas Regulamentares da apresentação do Trabalho Final, passou a palavra ao(à) candidato(a) para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores com a respectiva defesa do(a) candidato(a). Logo após a Comissão se reuniu sem a presença do(a) candidato(a) e do público, para julgamento e expedição do seguinte resultado final: **APROVADO**. O resultado final foi comunicado publicamente ao(à) candidato(a) pelo(a) Senhor(a) Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, o(a) Senhor(a) Presidente encerrou a reunião e lavrou o(a) presente ATA, que foi assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora.

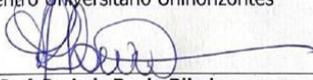
04/10/2024



Profª. Drª. **THAIS PINTO DA ROCHA TORRES**
Centro Universitário Unihorizontes



Profª. Drª. **MICHELLE REGINA SANTANA DUTRA**
Centro Universitário Unihorizontes



Prof. Dr. **Luiz Paulo Ribeiro**
Universidade Federal de Minas Gerais

Dedico este trabalho à minha família, minha esposa, Leila, e aos meus filhos, Pedro e Isabella, pelo apoio e compreensão neste período de ausência, mas com muito amor presente. A vocês, o meu amor e profundo agradecimento.

DECLARAÇÃO DE REVISÃO DE PORTUGUÊS

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Declaro ter procedido à revisão da dissertação de mestrado intitulada

**QUEM É O ALUNO COM MAIS IDADE NA SALA DE AULA?
Uma análise do ageísmo na percepção dos alunos da Educação de Jovens e Adultos –
EJA em uma escola estadual de Minas Gerais**

apresentada ao curso de Mestrado Acadêmico Centro Universitário Unihorizontes, como requisito parcial para obtenção do título de

MESTRE EM ADMINISTRAÇÃO

de autoria de

JOSÉ FERREIRA NETO

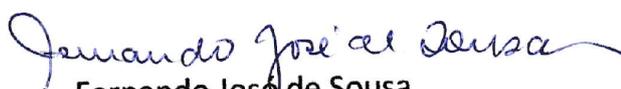
Contendo 83 páginas
Sob a orientação de

Prof.^a DR.^a THAIS PINTO DA ROCHA TORRES

ITENS DA REVISÃO:

- Correção gramatical
- Inteligibilidade de texto
- Adequação do vocabulário

Belo Horizonte, 22 de setembro de 2024


Fernando José de Sousa
REVISOR

Registro: 20710, Livro LR-36 – Decreto nº 5786/2006, Processo 2758814/2014
Licenciado em LETRAS
Centro Universitário de Belo Horizonte
UNI-BH

REVISADO

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus pela provisão e sustento, que foram fundamentais para a conclusão de mais uma etapa na vida acadêmica.

Agradeço à minha esposa, Leila, e meus filhos, Pedro e Isabella, e aos demais familiares pelo incentivo em todos os momentos.

Agradeço à minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Thais Pinto da Rocha Torres, que tanto me ajudou com suas dicas sábias, e que me entendeu nos momentos de angústia.

Agradeço aos colegas de grupo de estudo: Carolina, Fernanda, Geraldo e Kátia, pela parceria e contribuição, além da compreensão e incentivo da turma em sala de aula. Todos contribuíram muito para a realização desta pesquisa.

Agradeço a todos os Professores do Centro Universitário Unihorizontes.

Agradeço à Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais, por meio do Projeto Trilhas Educadores, pela oportunidade de concluir meu mestrado, que muito agrega a minha formação profissional e pessoal.

RESUMO

Aderência a Linha de Pesquisa: A pesquisa apresenta coerência e relevância em relação à proposta temática, pois visa analisar a relação e a dinâmica de uma organização pública. Os objetivos e as abordagens estão alinhados com a linha de pesquisa Relações de Poder e Dinâmica das Organizações, o que assegura a viabilidade e a qualidade do trabalho acadêmico.

Objetivo: Analisar como se manifesta o ageísmo na perspectiva dos alunos da Educação de Jovens e Adultos – EJA de uma escola pública estadual de Minas Gerais.

Referencial Teórico: A teoria que orientou a pesquisa foi a do ageísmo, que se refere ao fenômeno do preconceito relacionado à idade. Essa abordagem oferece uma visão panorâmica de como a manifestação desse preconceito impacta alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) com mais de 40 anos. Além disso, foi realizada uma retrospectiva da Educação Básica e da EJA.

Método: Foi conduzida uma pesquisa do tipo descritiva, de abordagem qualitativa. Os sujeitos da pesquisa foram 20 (vinte) alunos da Educação de Jovens e Adultos, os dados coletados por meio de entrevistas semiestruturadas foram submetidos à análise de conteúdo.

Resultados: Evidenciou-se que, entre os pontos analisados, a maioria dos entrevistados constatou a presença de preconceito em relação à idade dos alunos da Educação de Jovens e Adultos.

Contribuições teóricas/metodológicas: A pesquisa contribuiu ao analisar o fenômeno do ageísmo a partir de um grupo de alunos da Educação de Jovens e Adultos, uma temática que frequentemente recebe pouca atenção nos debates acadêmicos.

Contribuições gerenciais/sociais: A pesquisa deu voz aos alunos da Educação de Jovens e Adultos com idade igual ou superior a 40 anos, que enfrentaram os impactos do ageísmo em sala de aula. Os depoimentos de alguns alunos entrevistados ressaltaram a necessidade de reflexão para que possam assumir o protagonismo de suas próprias histórias. Relatos de situações preocupantes de preconceito relacionadas à idade desses alunos foram registrados, destacando que estas devem ser observadas para que sejam tomadas as devidas providências.

Palavras-chave: Ageísmo. Educação básica. Educação de Jovens e Adultos. Gestão escolar. Envelhecimento.

ABSTRACT

Adherence to the research line: The research demonstrates coherence and relevance concerning the thematic proposal, as it aims to analyze the relationship and dynamics of a public organization. The objectives and approaches align with the research line on Power Relations and Organizational Dynamics, ensuring the feasibility and quality of the academic work.

Objective: To analyze how ageism manifests from the perspective of students in the Education of Young and Adults (EJA) at a state public school in Minas Gerais.

Theoretical Framework: The theory guiding the research was ageism, which refers to the phenomenon of age-related prejudice. This approach provides a broad overview of how the manifestation of this prejudice impacts students in the Youth and Adult Education (EJA) program who are over 40 years old. Additionally, a retrospective of Basic Education and EJA was conducted.

Method: A descriptive qualitative research study was conducted. The subjects of the research were 20 (twenty) students from the Youth and Adult Education program, and the data collected through semi-structured interviews were subjected to content analysis.

Results: It was found that among the analyzed points, the majority of interviewees recognized the presence of prejudice regarding the age of students in the Youth and Adult Education program.

Theoretical or Methodological Contributions: The research contributed by analyzing the phenomenon of ageism from the perspective of a group of students in the Youth and Adult Education program, a topic that often receives little attention in academic debates.

Managerial and/or Social Contributions: The research gave voice to students in the Youth and Adult Education program who are 40 years or older and who faced the impacts of ageism in the classroom. The testimonies of some interviewed students highlighted the need for reflection to enable them to take charge of their own narratives. Reports of concerning situations of age-related prejudice against these students were documented, emphasizing that these issues should be monitored to ensure appropriate actions are taken.

Keywords: Ageism. Basic education. Youth and Adult Education. School management. Aging.

RESUMEN

Adherencia a la línea de investigación: La investigación demuestra coherencia y relevancia con respecto a la propuesta temática, ya que busca analizar la relación y la dinámica de una organización pública. Los objetivos y enfoques están alineados con la línea de investigación sobre Relaciones de Poder y Dinámica de las Organizaciones, lo que asegura la viabilidad y calidad del trabajo académico.

Objetivo: Analizar cómo se manifiesta el ageísmo desde la perspectiva de los alumnos de la Educación de Jóvenes y Adultos (EJA) en una escuela pública estatal de Minas Gerais.

Marco Teórico: La teoría que orientó la investigación fue la del ageísmo, que se refiere al fenómeno de la discriminación relacionada con la edad. Este enfoque ofrece una visión panorámica de cómo la manifestación de este prejuicio impacta a los estudiantes de la Educación de Jóvenes y Adultos (EJA) mayores de 40 años. Además, se realizó una retrospectiva de la Educación Básica y de la EJA.

Método: Se llevó a cabo una investigación descriptiva de enfoque cualitativo. Los sujetos de la investigación fueron 20 (veinte) alumnos de la Educación de Jóvenes y Adultos, y los datos recopilados a través de entrevistas semiestructuradas fueron sometidos a un análisis de contenido.

Resultados: Se evidenció que, entre los puntos analizados, la mayoría de los entrevistados constató la presencia de prejuicio en relación a la edad de los alumnos de la Educación de Jóvenes y Adultos.

Contribuciones Teóricas o Metodológicas: La investigación contribuyó al analizar el fenómeno del ageísmo desde la perspectiva de un grupo de estudiantes de la Educación de Jóvenes y Adultos, un tema que frecuentemente recibe poca atención en los debates académicos.

Contribuciones Gerenciales y/o Sociales: La investigación dio voz a los alumnos de la Educación de Jóvenes y Adultos con 40 años o más, quienes enfrentaron los impactos del ageísmo en el aula. Los testimonios de algunos alumnos entrevistados resaltaron la necesidad de reflexión para que puedan asumir el protagonismo de sus propias historias. Se documentaron relatos de situaciones preocupantes de prejuicio relacionado con la edad de estos alumnos, destacando que estos problemas deben ser observados para que se tomen las medidas adecuadas.

Palabras clave: Edadismo. Educación básica. Educación de Jóvenes y Adultos. Gestión escolar. Envejecimiento.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 Estrutura dos Sistema Educacional Brasileiro – Lei <i>n.º</i> 9.394/1996	14
Quadro 2 Pesquisa de artigos relacionados ao Ageísmo e Educação	19
Quadro 3 Quantidade de Matrículas EJA na escola “Luz para o saber” entre os anos de 2018 a 2023	23
Quadro 4 Quantidade de Matrículas EJA nas escolas estaduais de Minas Gerais	23
Quadro 5 Análise conceitual do Ageísmo	37
Quadro 6 Estudos sobre o Ageísmo publicados nos últimos 10 anos (2013 - 2023)	42
Quadro 7 Títulos nacionais e internacionais com o maior número de publicações sobre o tema Ageísmo	46
Quadro 8 Dados sociodemográficos dos entrevistados	55
Quadro 9 Dados de significação atribuídos pelos alunos da EJA	57
Quadro 10 Discriminação por idade na escola	60
Quadro 11 A melhoria na escola e da comunicação entre os gestores e os alunos da Eja em relação à idade	65

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGNU	Assembleia Geral das Nações Unidas
ANPAD	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCMCI	Cartilha da Campanha Mundial de Combate ao Idadismo
CF	Constituição Federal
CMCI	Campanha Mundial de Combate ao idadismo
CNBB	Conferências Nacionais dos Bispos do Brasil
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNER	Campanha Nacional de Educação Rural
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
EAESP	Escola de Economia de São Paulo
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FNEP	Fundo Nacional do Ensino Primário
FUNDEB	Fundo de Desenvolvimento e Manutenção da Educação Básica
FUNDEF	Fundo de Desenvolvimento e Manutenção do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IES	Instituto de Educação Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas
INP	Instituto Nacional da Propriedade Industrial
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ISEB	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
MOVA	Movimento de Alfabetização
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PAS	Programa de Alfabetização Solidária
PEN	Política Educacional Nacional
PNA	Programa Nacional de Alfabetização
PNE	Política Nacional de Educação
PROUNI	Programa Universidade para Todos

PSDB	Partido Social da Democracia Brasileiro
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SCIELO	Scientific Eletronic Library Online
SEA	Serviço de Educação de Adultos
SEE/MG	Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais
SPELL	Scientific Periodicals Eletronic Library
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNESCO	Órgãos das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	Problema e Questão Central de Pesquisa	17
1.2	Objetivos	18

1.2.1 Objetivo Geral	18
1.2.2 Objetivos Específicos	18
1.3 Justificativa	18
1.4 Adequação à Linha de Pesquisa	21
2 CONTEXTUALIZAÇÃO E AMBIÊNCIA DA PESQUISA	22
2.1 Ambiência da Escola Estadual “Luz para o saber”	22
2.2 Cenário atual de matrículas da Educação de Jovens e Adultos nas Escolas Estaduais de Minas Gerais	23
3 REFERENCIAL TEÓRICO	25
3.1 Panorama da Educação Básica no Brasil	25
3.2 Histórico da Educação de Jovens e Adultos	31
3.3 Conceitos e faixa etária do Ageísmo	36
3.4 Pesquisas dos últimos dez anos sobre Ageísmo	42
3.5 Teoria de Butler e o Fenômeno do Ageísmo	47
3.6 O Ageísmo e a Educação	50
4 PERCURSO METODOLÓGICO	52
4.1 Classificação e Delineamento da Pesquisa	52
4.2 Plano de coleta de dados e sujeitos da pesquisa	52
4.3 Plano de Análise e Interpretação de Dados	53
5 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS	55
5.1 Perfil dos entrevistados	55
5.2 Significados atribuídos pelos alunos da EJA ao retomar os estudos	56
5.3 Discriminação por idade e suas possíveis consequências	60
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	68
REFERÊNCIAS	72
APÊNDICES	76

1 INTRODUÇÃO

A educação é promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento do indivíduo. Ademais, é um direito de todos e um dever do Estado e da família, de modo que todos os estudantes têm direito à igualdade de ensino com condições de acesso e permanência na escola (Brasil, 1988).

Segundo Barroso (2019), a necessidade de universalização do ensino básico no Brasil se deu 100 anos após os Estados Unidos. A democratização do acesso ao ensino público estendeu-se com avanços por todo o século XX, porém os problemas educacionais ainda persistem. A evasão escolar no ensino fundamental e no ensino médio apresenta um desafio significativo, e a qualidade do ensino tem pontos que podem ser melhorados.

De acordo com a Constituição Federal (1988), o desenho do sistema educacional é regido por dois tipos de legislação, considerados como relevante e o ordinário. Para o relevante, considera-se a Constituição Federal, que trata da educação em seus artigos de 205 a 214, tratando dos princípios gerais, deveres do poder público, distribuição de competências, níveis de investimento e metas. Considera-se o artigo 208, que elenca deveres do Estado com a educação mediante educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos de idade; progressiva universalização do ensino médio gratuito; educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade, conforme estrutura no Quadro 1, abaixo.

Quadro 1

Estrutura do Sistema Educacional Brasileiro - Lei n°. 9.394/1996

Níveis	Etapas	Duração	Faixa etária adequada	
Educação Básica	Ensino Médio	3 anos	15 - 17 anos	
	Ensino Fundamental	9 anos	6 - 14 anos	
	Educação Infantil	Pré-escola	2 anos	4 - 5 anos
		Creche	3 anos	0 - 3 anos

Fonte: Elaborado pelo autor.

Vale destacar o artigo 212 da CF (1988), que trata do financiamento da educação, que dispõe que caberá à União aplicar, por ano, no mínimo, 18% (dezoito por cento), da receita de impostos, inclusive a proveniente de transferências intergovernamentais e aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios 25% (vinte e cinco por cento) da referida receita. Ainda, o artigo 214 estabelece um Plano Nacional de Educação, com duração decenal, com os seguintes objetivos: a) erradicação do analfabetismo; b) universalização do atendimento escolar; c) melhoria da qualidade de ensino; d) formação para o trabalho; e) promoção humanística, científica e tecnológica do país; e f) estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto (Constituição Federal, 1988).

Na legislação ordinária, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, conforme Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, disciplina as linhas gerais da educação no Brasil, quanto aos seus princípios e objetivos e sua organização entre os diferentes entes estatais. E, por fim, o Plano Nacional de Educação – PNE, de acordo com a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, prevê um conjunto de 20 metas e mais 250 estratégias voltadas para os níveis de ensino.

Mais especificamente, a Educação de Jovens e Adultos - EJA constituiu-se como política educacional na década de 1940, quando teve início a Política Educacional Nacional (Ribeiro, 2001). Segundo este autor, o entendimento das histórias dos indivíduos é de suma importância para aprendizagem, bem como o significado de aprender para os alunos.

Analisando as pesquisas na área da educação, sobre a modalidade EJA, a educação ainda está fragmentada e pouco consolidada (Almeida et al., 2021). Existe uma luta histórica que visa o reconhecimento e o respeito pela educação convencional, porém com necessidade de uma reconfiguração do compromisso do Estado. Nessa esteira, percebe-se que muito ainda terá de ser feito para uma maior construção e consolidação do ensino em relação ao respeito, universalidade e igualdade para com as demais modalidades de ensino (Almeida, 2007).

Conforme postularam Keller e Becker (2019), a EJA como modalidade de ensino só foi reconhecida de fato pelo Plano Nacional de Educação – PNE (Lei nº 13.005, de 25.6.2014). São objetivos do Plano a serem implementados ao longo de uma década: a Educação Básica, redução das desigualdades, resultados no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, valorização dos profissionais da educação e ensino superior.

A lei prevê igualmente o monitoramento das metas e um Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, oficializada no Brasil por meio da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9394/96). A Educação de Jovens e Adultos (EJA) foi criada para os alunos que não frequentaram a escola na idade adequada. Tal modalidade educacional surgiu para atender à demanda de jovens e adultos analfabetos, além de contribuir para o aumento da taxa de escolaridade e a diminuição do atraso escolar. Esta lei teve como finalidade proporcionar aos alunos da EJA a oportunidade de recolocação no mercado de trabalho ou simplesmente promover a satisfação pessoal através da ampliação dos conhecimentos.

Além do mais, destacam-se as diferentes faixas etárias entre os alunos da EJA. Segundo o Conselho Nacional de Educação – CNE (2001), os alunos do ensino médio, a partir dos 18 anos de idade, são alunos com diferentes idades e que não puderam completar seus estudos no tempo considerado regular, devido à necessidade de se dedicarem ao trabalho, à família e seu sustento. Estes alunos, a maior parte deles, são arrimos de família e procuram a escola para buscar oportunidade de aprendizado depois de alguns anos sem estudar.

Cabe ressaltar que essa pesquisa irá considerar alunos com idade acima de 40 anos, com o intuito de verificar o fenômeno do ageísmo com maior fidedignidade. Segundo Teixeira et al. (2018), o ageísmo é um preconceito presente em vários grupos de idade, como em crianças, adolescentes, adultos e idosos. Os estudos serão direcionados *a priori* para os envelhecidos, considerados mais vulneráveis. Para Paiva et al. (2019), independentemente de serem adultos jovens ou velhos, as pessoas sofrem o preconceito do ageísmo, pois a discriminação acontece contra ou a favor de qualquer faixa etária. Sendo assim, a escolha a partir dos 40 anos de idade se dá por entender que qualquer pessoa pode ser alvo de preconceito pela sua idade. Ainda mais, o ageísmo foi conceituado de diferentes formas ao longo dos anos. Primeiramente, foi definido como preconceito entre grupos etários distintos.

De forma complementar, a cartilha da Campanha Mundial de Combate ao Ageísmo (2022), elaborada pela Organização Pan-Americana da saúde, define a natureza do idadismo como preconceito ao idoso em três vertentes principais: a primeira refere-se ao estereótipo, que quer dizer sobre a maneira como as pessoas pensam sobre o idoso; a segunda é o preconceito propriamente dito, que vai retratar o sentimento sofrido pela pessoa idosa; e a terceira diz respeito à discriminação, que é a maneira que as pessoas agem com os idosos, ou seja, um tratamento preconceituoso direcionado exclusivamente à idade. Além disso, na cartilha é explicado que, no contexto educacional, o ageísmo pode ser gerado na própria instituição de ensino, nas relações interpessoais e até mesmo pela própria pessoa.

Nessa perspectiva, destacam-se as dificuldades enfrentadas pelos estudantes da Educação de Jovens e Adultos - EJA. O acesso da população envelhecida à educação formal no Brasil ainda é complexo, sendo que uma parcela significativa desses estudantes é privada do direito à educação (Barros et al., 2021).

Por fim, diante de todas as dificuldades relacionadas à idade das pessoas, e principalmente, no que tange à Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil, pode-se inferir que há necessidade de mais estudos que investiguem o fenômeno do ageísmo na educação (Soek, 2010).

1.1 Problema e Questão Central de Pesquisa

Esta pesquisa objetiva analisar como se manifesta o ageísmo a partir da perspectiva dos alunos da Educação de Jovens e Adultos - EJA, ensino médio, em uma Escola Pública Estadual de Minas Gerais. Os aspectos a serem analisados nesta modalidade de ensino referem-se ao sentimento de inferioridade dos alunos. Outro ponto de destaque que precisa ser investigado é sobre o preconceito contra idosos em relação aos alunos do ensino regular. Além disso, é possível perceber se a questão da idade faz com que estes alunos se sintam incapazes de aprender por estarem fora da faixa etária escolar regular. Por fim, se existe evasão escolar relacionada ao ageísmo, e se os gestores têm se preocupado em lutar por combater essa prática preconceituosa, caso ela exista. Para este estudo serão considerados os alunos da EJA a partir de 40 anos de idade. Ressaltando, conforme postulou Butler (1969), “os jovens podem não confiar em ninguém com mais de 30 anos, mas aqueles com mais de 30 anos podem não confiar em ninguém mais jovem”. Ou seja, qualquer pessoa pode ser discriminada em razão de sua idade.

Vale ressaltar que os alunos da EJA passam a frequentar essa modalidade de ensino a partir dos 18 anos de idade, como postula a Constituição Federal (1988), que “a legislação prevê o direito à educação para toda a população, inclusive para aquelas pessoas que não tiveram acesso à escola em idade apropriada, na infância ou na adolescência” (CF, 1988). Porém, o preconceito, se já existente, ainda não é evidenciado nos estudantes da EJA de 18 anos de idade, pois essa idade pode ser confundida com a dos alunos do ensino regular e, por esse motivo, pretende-se analisar as percepções dos alunos a partir dos 40 anos de idade, pois já é evidenciada com mais propriedade a diferença de idade nas modalidades de ensino. Assim, definiu-se a seguinte questão norteadora: Como se manifesta o ageísmo a partir da percepção dos alunos da

Educação de Jovens e Adultos - EJA, ensino médio, em uma Escola Pública Estadual de Minas Gerais?

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar como se manifesta o ageísmo na perspectiva dos alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) de uma escola pública estadual de Minas Gerais.

1.2.2 Objetivos Específicos

- a) Descrever os significados atribuídos pelos alunos da EJA ao retomarem e continuarem seus estudos, analisando as motivações e desafios percebidos nesse processo;
- b) descrever a percepção dos alunos da EJA sobre a discriminação por idade no ambiente escolar e suas possíveis consequências;
- c) descrever e analisar a percepção dos entrevistados sobre a comunicação da gestão escolar em relação às questões de ageísmo.

1.3 Justificativa

O presente estudo justifica-se pelas necessidades de contribuição nos contextos acadêmico, social, organizacional e pessoal, que serão descritos a seguir. Em primeiro lugar, no contexto acadêmico, Barros et al. (2021) evidenciam a necessidade de discussão acadêmica sobre o ageísmo na educação de jovens e adultos. Este fenômeno precisa ser explorado um pouco mais na área da administração, para contribuição do avanço científico nesta modalidade de ensino da EJA.

Este estudo poderá trazer reflexões e contribuições importantes no ambiente organizacional, como mudanças culturais significativas na gestão escolar onde esses alunos estão inseridos. Ademais, o conhecimento da academia sobre os alunos da Educação de Jovens e Adultos pode contribuir com boas práticas educacionais, culminando até mesmo com a implementação de políticas públicas que visem o fortalecimento desta modalidade educacional e minimizem os possíveis impactos do ageísmo.

Outrossim, foi realizada uma consulta de artigos sobre o tema nas bases de dados *Scientific Periodicals Electronic Library* (SPELL) e *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO). As palavras-chave ou expressões utilizadas na busca foram “Ageísmo”, “Teoria do Ageísmo”, “Educação de Jovens e Adultos” e “Ageísmo na Educação de Jovens e Adultos” nas categorias resumo, palavras-chave e título. Os resultados estão expostos no Quadro 2.

Quadro 2

Pesquisa de artigos relacionados ao ageísmo e Educação

Palavra-chave	SPELL	SciELO
Ageísmo	2	21
Teoria do Ageísmo	0	1
Educação de Jovens e Adultos	8	83
Ageísmo na Educação de Jovens e Adultos	0	0

Fonte: Elaborado pelo autor.

Considerando as buscas realizadas (Quadro 2), nota-se que ainda existem várias lacunas para esse tipo de pesquisa, pois os números de artigos relacionados aos temas educação e ageísmo ainda são incipientes no contexto acadêmico. Com isso, percebe-se a necessidade de pesquisas relacionadas ao tema, para o campo de conhecimento.

Na base de dados SPELL, foram encontrados somente 2 (dois) artigos na pesquisa com a palavra ageísmo; para a expressão Teoria do Ageísmo não foi encontrado nenhum artigo publicado; para a expressão Educação de Jovens e Adultos foram encontrados 8 (oito) artigos publicados; e para a expressão Ageísmo na Educação de Jovens e Adultos não foi localizado nenhum artigo.

Por sua vez, a pesquisa realizada na base de dados SCIELO, foram encontrados os seguintes resultados: Para a palavra Ageísmo, foram publicados 21 (vinte e um) artigos sobre o assunto; para a expressão Teoria do Ageísmo foi encontrado apenas 1 (um) artigo publicado; para expressão Educação de Jovens e Adultos foram encontrados 83 (oitenta e três) trabalhos publicados e, por fim, para Ageísmo na Educação de Jovens e Adultos, não foi encontrada nenhuma publicação.

Diante disso, identificou-se uma lacuna de pesquisa, visto que não foi localizado nenhum estudo relacionado ao ageísmo na educação de jovens e adultos. Portanto, tornam-se necessários estudos que investiguem o ageísmo na Educação de Jovens e Adultos, por não ter encontrado nenhum registro nas duas bases pesquisadas.

Tendo em vista o aspecto social, esse estudo propõe promover uma cultura de respeito aos alunos dessa modalidade de ensino, a Educação de Jovens e Adultos, bem como o combate às práticas de preconceito com os alunos estudantes fora da faixa etária de ensino regular. Segundo Teixeira et al. (2018), o ageísmo apresenta-se de forma velada, considerando uma percepção individual em relação ao envelhecido, mas explicado como fenômeno coletivo. Outro argumento importante é o de Lima e Vala (2004), diante de transformações históricas e sociais, instituições como a Declaração de Direitos Humanos (1948) e da UNESCO (1950), sobre as questões raciais, revelam que o preconceito com o idoso também passou a ser condenável na sociedade, ou seja, ele passou a ser suavizado em sua manifestação. Para estes autores, a partir de então, é importante observar a forma sutil do preconceito ser revelado, pois pode contribuir com a institucionalização do preconceito contra o idoso.

No contexto organizacional, o estudo se justifica pela importância de combater as práticas de preconceito com idade dentro do ambiente escolar, levando a organização escolar a sensibilizar-se diante das possíveis dificuldades que esses alunos podem enfrentar, prejudicando o seu desempenho no aprendizado. Vale lembrar que o combate ao ageísmo, se existente na escola, pode fortalecer esses alunos na busca de suas expectativas para inserção no mercado de trabalho.

Ademais, a pesquisa pode contribuir com reflexões para que, sendo constatado o fenômeno do ageísmo na EJA, a gestão escolar se atente e promova ações efetivas para o combate do preconceito por idade no ambiente escolar, a partir dos resultados obtidos na presente pesquisa.

E, por fim, no contexto pessoal, registra-se aqui a experiência vivenciada em sala de aula da Educação de Jovens e Adultos. Como professor de língua portuguesa, o autor deste trabalho atuou por vários anos em sala de aula na educação desses jovens e adultos, além da modalidade do ensino regular, que não vem ao caso aqui neste estudo. A experiência do dia a dia com os alunos da EJA é muito prazerosa. Por isso, também, surgiu a intenção de investigar se eles sofrem algum tipo de preconceito relacionado à idade.

Além disso, este estudo poderá contribuir para que a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais – SEE/MG possa propor políticas públicas capazes de combater esses preconceitos, tendo em vista a idade. Espera-se com a pesquisa empírica que esse preconceito

seja evidenciado para que tenha registro fidedigno, visando a sensibilização e ação da gestão escolar e dos gestores que podem propor políticas públicas para o combate dessas práticas.

Em suma, o foco na questão do aprendizado dos alunos desta faixa etária é um ponto relevante, pelo fato de os alunos da EJA confirmarem que a idade é um fator limitante para assimilar os conteúdos apresentados em sala de aula. Segundo Silva e Benedictis (2021), é profícuo atentar-se à importância do diálogo e às orientações para monitorar o desempenho da aprendizagem dos sujeitos jovens, adultos e idosos na política da EJA, considerando-se os desafios do ensino-aprendizagem desta modalidade de ensino. A supervisão escolar é responsável pelo acompanhamento junto aos professores sobre o rendimento dos alunos da EJA, intervindo quando necessário para a recuperação dos alunos.

Por fim, este estudo torna-se relevante para a educação por revelar os impactos provocados pelo ageísmo para com os alunos da EJA. Em termos pragmáticos, espera-se sensibilizar a gestão escolar e os governantes para atentarem para esta modalidade de ensino de maneira especial e igualitária, com o intuito de que os alunos não se sintam diminuídos, não sejam tratados com preconceito, que a idade não seja empecilho para alcançarem seus objetivos e que possam ser vistos como capazes, da mesma forma que os indivíduos inseridos em outras modalidades de ensino escolar.

1.4 Adequação à Linha de Pesquisa

Este projeto insere-se na linha de pesquisa Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho, visando analisar os impactos do fenômeno ageísmo em relação aos alunos da Educação de Jovens e Adultos - EJA e buscando perceber as ações e o sentir dos alunos, como eles agem e pensam. Assim, será possível analisar por meio dos *insights* os sentimentos dos estudantes quanto aos processos motivacionais, comportamentais e suas percepções e atitudes (Lichand et al., 2022).

A teoria utilizada é a do ageísmo, expressão utilizada pela primeira vez por Robert N. Butler em 1969. Este postula que “o preconceito de idade reflete uma inquietação profunda por parte dos jovens e de meia-idade, uma repulsa pessoal e aversão ao envelhecimento, à doença, à deficiência; e medo da impotência, da inutilidade e da morte” (Butler, 1969).

2 CONTEXTUALIZAÇÃO E AMBIÊNCIA DA PESQUISA

Nesta seção, pretende-se esclarecer o cenário atual dos alunos da Educação de Jovens e Adultos de uma Escola Pública Estadual da cidade de Belo Horizonte do Estado de Minas Gerais e a segunda parte, nas Escolas Públicas Estaduais de Minas Gerais.

Na primeira parte, de maneira geral, apresentam-se as informações e dados atualizados e publicizados pelas escolas públicas do município de Belo Horizonte, que oferecem a modalidade de ensino EJA, alvo desta pesquisa. Para evitar constrangimento e exposição o nome da escola selecionada será preservado, sendo identificada como “Luz para o saber”. Na segunda parte, serão analisados os dados das escolas públicas do Estado de Minas Gerais que oferecem a educação aos alunos da Educação de Jovens e Adultos.

2.1 Ambiência da Escola Estadual “Luz para o saber”

A escola “Luz para o saber” foi autorizada e organizada por meio da Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais no ano de 2010 e até então, ela oferta o ensino médio para as modalidades regular e Educação de Jovens e Adultos. Esta escola é localizada em um bairro de comunidade periférica da cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, porém bem estruturada, com funcionamento para atendimento da comunidade em três turnos, a saber: matutino, vespertino e noturno. Nesta escola, há oferta para os alunos da EJA do Ensino Médio no turno noturno e, atualmente, no ano de 2023 são quatro turmas, sendo dois primeiros anos, um segundo ano e um terceiro ano, a partir dos 18 anos de idade.

Ademais, a escola possui a seguinte estrutura, considerando todos os turnos, conforme mencionado: 12 salas de aula, 1 laboratório de ciências da natureza em construção, 2 salas de vídeos, 1 biblioteca, 1 sala de informática, 1 sala de recurso, 1 sala para ATB financeiro, 1 sala para professores, 1 sala para secretaria, 1 sala para vice direção, 1 sala para a direção da escola, 1 sala para supervisão, 1 pátio para merenda escolar, 1 cantina, 1 sala para os profissionais de manutenção, 1 quadra poliesportiva equipada com banheiros e chuveiros, banheiros masculino e feminino para servidores, banheiros masculino e feminino para alunos e rampa para acessibilidade, conforme legislação vigente.

Outrossim, quanto aos profissionais da escola, segue o número de servidores efetivos e contratados que laboram nos três turnos desta escola: 1 diretor, 3 vice-diretores (1 em cada turno), 3 supervisores pedagógicos (1 em cada turno), 16 professores, 2 professores

coordenadores pedagógicos, 03 bibliotecários, 01 secretária, 6 Assistentes Técnicos de Educação Básica e 11 Auxiliares de serviços de Educação Básica.

Ainda mais, vale registrar o número de alunos da EJA que frequentou a escola “Luz para o saber” nos últimos 5 anos, ou seja, de 2018 a 2023. Em consulta solicitada e fornecida pela escola, para este período foram contabilizadas as seguintes matrículas: em 2018 foram 132 alunos matriculados, em 2019 foram 266 alunos, 2020 foram 208 alunos, em 2021 foram 175 alunos, em 2022 foram 249 alunos e em 2023 foram 244. O total de alunos matriculados na Educação de Jovens e Adultos no período de 5 anos foi de 1.432, conforme quadro 3.

Quadro 3

Quantidade de Matrículas EJA na escola "Luz para o saber" entre os anos de 2018 a 2023

Escola Estadual	Ano	Quantidade de Matrículas
“Luz para o saber”	2018	132
	2019	266
	2020	208
	2021	175
	2022	249
	2023	244
	Total	1.432

Fonte: Elaborado pelo autor.

2.2 Cenário atual de matrículas da Educação de Jovens e Adultos nas Escolas Estaduais de Minas Gerais

De acordo com o Quadro 4, abaixo, no ano de 2022 foram matriculados 119. 834 (cento e dezenove mil, oitocentos e trinta e quatro alunos na modalidade de ensino Educação de Jovens e Adultos, ensino médio, nas escolas do Estado de Minas Gerais.

Quadro 4

Quantidade de Matrículas EJA nas escolas estaduais de Minas Gerais

Escola Estadual	Ano	Quantidade de Matrículas
------------------------	------------	---------------------------------

Escolas Estaduais de Minas Gerais	2022	119.834
	Total	119.834

Fonte: INEP/MEC - Censo Escolar da Educação Básica (2022).

Para melhor compreensão, além do número de alunos matriculados na EJA, vale a pena enfatizar a importância das taxas de rendimento escolar desses alunos, conforme informações produzidas anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Os dados coletados são fundamentais para verificação e acompanhamento dos dados da escola e do município. As taxas de rendimento são variáveis incorporadas ao cálculo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), indicador de qualidade educacional produzido e divulgado a cada dois anos pelo INEP, congregando as informações de desempenho dos estudantes nos testes padronizados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) com as informações de rendimento escolar (aprovação).

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Panorama da Educação Básica no Brasil

O Brasil passou por mudanças estruturais, com disputas ideológicas no século XX, entre as décadas de 30 a 60, e, na educação, não foi diferente. Essas mudanças tiveram impactos na construção de um sistema nacional de educação pública. O plano de estruturação caracterizou-se pelo capitalismo de produção, que experimentou transformações superestruturais no cenário escolar. Nesse momento, foram compreendidos dois processos importantes de um modelo econômico agrário exportador para o industrial-urbano, que são eles: a Revolução de 30 e o Golpe de Estado de 1964 (Bittar & Bittar, 2012).

Segundo Bittar & Bittar (2012), nos períodos supramencionados, dois grandes projetos de nação para o Brasil foram implementados. O primeiro deles foi o nacional-populista, que agregava os progressistas em suas defesas da industrialização à base do esforço nacional. Este projeto foi proposto por Getúlio Vargas, que, por sua vez, alegava que a questão social não era caso de polícia e sim de política e por isso foi apoiado pelos trabalhadores. O segundo projeto foi o das oligarquias tradicionais voltado ao setor agrário exportador, que vislumbrava um desenvolvimento econômico vindo dos Estados Unidos da América, que eram representantes da elite política, principalmente aqueles ligados à economia cafeeira paulista.

Além disso, interesses diversos ocupavam espaços no cenário brasileiro. A educação, por exemplo, era uma delas, bem como as manifestações ideológicas. De um lado a Igreja Católica com o seu conservadorismo buscando manter a hegemonia e a condução da política nacional de educação, e por outro lado, os setores liberais e progressistas, buscando a ideia de uma Escola Nova, que reivindicava uma escola para todas as crianças e adolescentes dos 7 aos 15 anos de idade. Com esse acirramento ideológico, o poder público não conseguiu implementar um sistema nacional educacional público para todos (Bittar & Bittar, 2012).

Segundo Bittar e Bittar (2012), várias reformas educacionais ocorreram no Brasil, mas não solucionaram o antigo problema do analfabetismo e a garantia de pelo menos quatro anos de escolaridade para todas as crianças. Para compreender esse aspecto das políticas públicas no Brasil, faz-se necessário relembrar a Revolução de 1930 que deu início à construção do Estado burguês. Assim, no período Getúlio Vargas foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública, chefiado por Francisco Campos, solicitado por Vargas aos educadores na IV Conferência da Associação Brasileira de Educação (ABE). Nesta reforma, liderada por Francisco Campos, foram criados por lei o Sistema Nacional de Educação e o Conselho

Nacional de Educação. Ele propôs que o ensino secundário tivesse dois ciclos, o primeiro deles o fundamental de 5 anos e o complementar de dois anos (Ribeiro, 1986).

Na criação da referida reforma educacional, tornou-se obrigatório os cinco anos do primeiro ciclo para o ingresso do ensino superior e os dois anos para determinadas escolas. Ela marginalizou o ensino primário e o curso de formação de professores do primário, porém inovou na implementação do ensino superior previsto nos estatutos das Universidades brasileiras, para a criação de ciência e transmissão do conhecimento (Ribeiro, 1986).

Na reforma da Escola Nova foi incorporado e atendido o manifesto dos pioneiros da educação nova, com a criação de universidades e, assim, foram organizadas as do Rio de Janeiro e a de São Paulo (USP) em 1934. Nesse mesmo período, em 1934, foi promulgada a Constituição Brasileira, que estabelecia o direito à educação, obrigação da família e dos poderes públicos, a obrigatoriedade do ensino, a elaboração do Plano Nacional de Educação, o ensino primário gratuito e de frequência obrigatória, extensivo aos adultos (Ribeiro, 1986).

Em 1937, com a ditadura do presidente Vargas, o que era obrigação do Estado, no campo da educação, passou a ser ação supletiva. Neste período, foram editadas as Leis Orgânicas do Ensino, com duração de oito anos, que estabeleceram a educação técnico-profissional industrial, comercial e agrícola (Senai e Senac). Esta reforma incorporou reivindicações do manifesto de 1932 como, por exemplo: gratuidade e obrigatoriedade do ensino primário; planejamento educacional; recursos para o ensino primário e referências à carreira, remuneração, formação e normas para preenchimento de cargos do magistério e na administração). Em 1937, foi criada a União Nacional de Estudantes (UNE), que combateu incansavelmente a ditadura militar. A UNE teve um papel importante na vida política, social e cultural brasileira, no combate à ditadura Vargas, Ditadura Militar, no *impeachment* do presidente Collor, entre outros (Bittar & Bittar, 2012).

Ainda mais, nesse mesmo ano, foi criado o Instituto Nacional de Pedagogia (INEP), que até hoje é considerado um dos mais importantes órgãos para disseminação de informações educacionais. Com o INEP, foram desenvolvidas atividades de pesquisa e de investigação na área da educação. Com o fim da ditadura Vargas, já em 1946, foi editada a Constituição Republicana, que assegurou os direitos e garantias individuais e a liberdade de pensamento. Essa Constituição confirmou o direito de todos à educação. Porém, esses princípios progressistas não garantiram a universalização da escola para todos, mas previram a elaboração de lei específica para educação, a saber, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (Toledo, 2005).

Posteriormente, em 1948, no governo Dutra, foi criada a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), com pesquisadores de todas as áreas do conhecimento. A sociedade exerceu um papel essencial ao longo desses anos de lutas. A década de 50 foi marcada pela criação de agências de fomento à pesquisa e à ciência. Já em 1951, com Vargas eleito pelo povo, uma nação desenvolvida exigiu a criação de um Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), para fomentar o desenvolvimento científico e tecnológico do país (CAPS, 2012).

Em sequência, no governo Kubitschek, o país intensificou a fase do nacional-desenvolvimentismo e foi criado o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), vinculado ao Ministério da Educação e Cultura (MEC). Com isso reuniram-se intelectuais de diversas orientações teóricas e ideológicas, que tinham como objetivo implementar um projeto nacional para o país. Nos anos 60, no contexto político entre direita e esquerda e com vários conflitos ideológicos, foi aprovada a primeira LDB, a Lei nº 4.024, de 1961, incorporando os direitos à educação, da obrigatoriedade escolar e da extensão da escolaridade obrigatória: “A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola” (Artigo 2º); “O direito à educação é assegurado pela obrigação do poder público e pela liberdade de iniciativa particular de ministrarem o ensino em todos os graus, na forma da lei” (Artigo 3º) (Romanelli, 1986, p. 176).

Assim, mesmo com muitos debates e reformas educacionais, nesse período, como a UNE, INEP e SBPC, a educação continuou sem resolutividade, pois, nos anos 60 com quase 40% de analfabetos, especificamente, nos anos 40, a taxa era de 56%. Nos anos 50, de 50,5% e em 60, 39,35%. Um país com uma taxa de quase a metade da população analfabeta, dava para se confundir quem eram os alunos e quem eram os professores (Ribeiro, 1986).

No Brasil, na década de 60, com uma taxa de analfabetismo alta, deu-se início a uma educação popular, experiência que se destacou com o método de alfabetização de adultos proposto por Paulo Freire, apoiado pela UNE e uma parte da Igreja Católica que adotou a Teologia da Libertação. Ele dizia que, no processo de alfabetização, não bastava só fornecer aos descolarizados adultos os instrumentos da escrita, mas seria necessário fornecer as ferramentas de interpretação do mundo, ou então, para leitura do mundo: “[...] educação como prática da libertação” (Freire, 1978, p. 1).

A política educacional durante o regime militar, no período de 1964 a 1985, foi marcada por inúmeras mudanças estruturais da escola pública no Brasil. A expansão da escola pública deu-se em um contexto de autoritarismo, que cerceou a liberdade de expressão e impôs severas repressões a opositores. Além do mais, a consolidação da sociedade urbano-industrial transformou a escola pública, pois era necessária a escolaridade para que o país entrasse na fase

de “Brasil potência”, conforme as diretrizes da ditadura. No entanto, alguns estudiosos afirmam que essa expansão causou implicações na qualidade do ensino (Bittar & Bittar, 2012). De acordo com Bittar e Bittar (2012), diante do pensamento tecnocrático e autoritário do militarismo, que determinou o papel da escola como ideologia do Estado, duas reformas educacionais foram propostas: a Reforma Universitária em 1968, que adequou o modelo econômico dos militares, onde a matrícula seria por crédito e não por disciplinas. Assim, ao instituir o modelo da eficiência e produtividade, modelo da universidade norte-americana, ao movimento estudantil organizado pela UNE foi proibida qualquer manifestação política. Outra consequência da política educacional, no regime militar, foi a implementação de nova categoria docente para substituir as instituições universitárias ou nos cursos normais (Bittar & Bittar, 2012).

A ditadura militar promulgou a reforma do ensino fundamental por meio da Lei nº 5.692, de 1971, alterando a duração do primário e do ginásio, ampliando o período obrigatório para oito anos de escolaridade obrigatória e mantida pelo Estado. Tal mudança conferiu um novo caráter para o ensino médio, que assumiu um caráter mais voltado para a formação profissional, com o intuito de atender os estudantes que buscavam oportunidades de trabalho, principalmente aqueles que não queriam ingressar em universidade (Bittar & Bittar, 2012). Importante destacar que, para implementar o ensino de primeiro grau de oito anos, houve a necessidade de expansão física das escolas, que funcionavam em turno intermediário, com apenas três horas de duração em sala de aula até então, mal aparelhada, sem estrutura adequada, sem biblioteca, além dos salários incompatíveis com a jornada de trabalho pagos aos professores. A disciplina Moral e Cívica era obrigatória, com caráter doutrinário eivada de ideias preconceituosas sobre a história do Brasil, desvalorizando outras disciplinas fundamentais para os alunos (Goldemberg, 1993).

Vale citar o número de matrículas nas escolas públicas após a Reforma de 1971. Em 1950, apenas 36,2% das crianças de 7 a 14 anos de idade tinham acesso à escola; em 1990 eram 88% (Censo Escolar, 2003). Mesmo assim, com avanços quantitativos na educação entre um grau escolar e outro, o analfabetismo não era erradicado. Campanhas alfabetizadoras foram implementadas, a exemplo do programa Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), que enfrentou desafios na prática. E o problema persistiu, pois, outros governos que vieram após a ditadura também não conseguiram solucionar o problema da educação. Por outro lado, a maior parte dos países ocidentais conseguiu a universalização do ensino na passagem do século XIX para o século XX, enquanto o Brasil ingressou no século XXI com a herança de um país analfabeto (Bittar & Bittar, 2012).

Tendo em vista o desenvolvimento científico e tecnológico, na década de 60, foi criada a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), com o objetivo de fomentar a pesquisa científica e tecnológica no país, bem como a criação dos programas de pós-graduação *stricto sensu*. Em 1970, a SBPC incorporou cientistas das áreas das Ciências Humanas e Sociais. Nesse período foram criados importantes campos de pesquisa, como a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) e a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) (SBPC, 2012).

Já no contexto da Assembleia Nacional Constituinte, no final da década de 80, com uma calorosa discussão e organização de variados segmentos da sociedade política e civil, enfim, o Brasil promulgou a nova Constituição de 1988. A chamada Constituição Cidadã, a nova Carta Magna brasileira, especifica em seu artigo 208 que o dever do Estado com a educação é efetivado por meio de garantia do ensino fundamental obrigatório e gratuito (CF, 1988). Com isso, houve um avanço para as políticas educacionais com mudanças significativas na educação pública brasileira (Bittar & Bittar, 2012).

Por um outro prisma, os domínios dos governos militares se preocuparam apenas com quantitativos na escola e não com a aprendizagem dos alunos, bem como os governos seguintes que também não conseguiram cumprir a tarefa de interesse nacional. Soma-se a isso as críticas dos governos à didática dos professores, a falta de foco por parte do aluno, alta carga horária de trabalho, número de faltas, a rotatividade, os baixos salários e a falta de estrutura física para trabalho e muitos outros relatórios de uma herança política educacional ditatorial (Wreford, 2003).

Mesmo com a promulgação da constituinte de 1988, com os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso na década de 90 (PSDB, 1995-1998 e 1999-2002), a escola continuou sendo vista por números e a ineficiência do ensino permaneceu de acordo com as avaliações de desempenho em seu governo. Apesar da transição do governo militar, a política preservou mais o conservadorismo do que propriamente as mudanças em si. Após a eleição de um presidente da direita e depois de vários anos de lutas democráticas, ainda assim percebe-se que a transição para a democracia transcorreu de forma conservadora, mantendo resquícios de uma ditadura (Wreford, 2003).

Os dois governos do FHC aumentaram os números de matrículas na escola pública, mas diminuíram o papel do Estado no ensino superior. Isso provocou uma estagnação nas universidades públicas, provocando aposentadorias dos professores que estavam insatisfeitos e se deslocaram para as universidades privadas. Assim, as universidades públicas federais foram as mais prejudicadas. Segundo Bittar et al. (2008) a medida educacional do governo FHC serviu

para desencadear o processo de elaboração da nova LDB, prevista na Constituição de 1988, depois de intensos debates no Congresso Nacional:

Constituiu-se em um marco histórico importante na educação brasileira, uma vez que esta lei reestrutura a educação escolar, reformulando os diferentes níveis e modalidades da educação. [...] desencadeou um processo de implementação de reformas, políticas e ações educacionais [...] em vez de frear o processo expansionista privado e redefinir os rumos da educação superior, contribuiu para que acontecesse exatamente o contrário: ampliou e instituiu um sistema diversificado e diferenciado, por meio, sobretudo, dos mecanismos de acesso, da organização acadêmica e dos cursos ofertados. Nesse contexto, criou os chamados cursos sequenciais e os centros universitários; instituiu a figura das universidades especializadas por campo do saber; implantou Centros de Educação Tecnológica; substituiu o vestibular por processos seletivos; acabou com os currículos mínimos e flexibilizou aos currículos; criou os cursos de tecnologia e os institutos superiores de educação, entre outras alterações (Bittar et al., 2008, pp. 10-11).

As reformas propostas pelo governo FHC tiveram como um dos efeitos a intensificação do processo de privatização da educação superior brasileira, que foi iniciada após os anos da ditadura militar. Com a expansão de privatizações na educação, o país alcançou o maior nível de privatizações do ensino superior do mundo. Com isso, o Censo da educação superior em 2008 mostrou que de um total de 2.252 de Instituições de Educação Superior (IES), 236 são do setor público, enquanto 2016 pertencem ao setor privado, ou seja, 90% são privados. Apesar de o país ostentar baixa taxa de escolarização líquida, apenas 13% dos jovens de 18 a 24 anos frequentaram um curso superior em 2007.

No período, conhecido como era FHC, alguns historiadores entenderam que houve uma tentativa de desmonte do sistema de ciência e tecnologia e da pós-graduação, onde o Estado desenvolveu as políticas de privatização, flexibilização e desresponsabilização. O processo de expansão de privatização que cabia ao controle pelo Estado, se tornou um sistema complexo de avaliação, aumentando a demanda pelo controle da qualidade do ensino, que acabou não sendo viável e não melhorando essa qualidade. O sistema político de avaliação, que passou a ser coordenado pelo Ministério da Educação, através do INP, abriu as portas para o conhecimento dos dados do Censo da Educação Básica e da Educação Superior. Os níveis da Educação Básica eram fracos e os da Educação Superior centravam-se na desigualdade de acesso e permanência (SBPC, 2012).

Depois da instituição das Reformas neoliberais na década de 90, o ex-Ministro Bresser Pereira da Reforma Federal do primeiro mandato de FHC constatou que a estratégia moderna neoliberal imposta no Brasil no final da década de 80, que pensava em fazer a nação brasileira feliz, não funcionou. Pereira (2006), afirmou ainda que “O conjunto de diagnósticos, propostas e pressões que os países mais ricos fazem sobre os países em desenvolvimento não é para ajudar, mas para neutralizar a capacidade competitiva”. Ele foi indagado sobre o porquê o Brasil está estagnado e ele respondeu que por duas razões: uma de ordem política e outra de ordem econômica, (p. 3).

Sobre o resultado das políticas na área de educação, alguns dados oficiais podem ser verificados, tais como: a média do IDEB está abaixo de 4 numa escala de um a dez; média de 55% das crianças da 4ª série não dominam a leitura; a taxa de reprovação no ensino fundamental, em 2004, era de 13%; um aluno que conclui o ensino médio, hoje, sabe igual o aluno da 8ª série em 1995; a média de gasto com o aluno do ensino fundamental é de US\$ 500 (quinhentos dólares) por ano e entre os países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) a média é de US\$ 4.800. Com esses números, mostra-se que a qualidade do ensino no Brasil ainda estava aquém do esperado (Dossiê Estado, 2007).

Em 2003, Luiz Inácio Lula da Silva assumiu a presidência da República, e uma de suas medidas de maior impacto socioeducacional foi a ampliação do Fundo de Desenvolvimento e Manutenção do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), que destinava recursos aos oito anos do ensino fundamental, para o Fundo Desenvolvimento e Manutenção da educação Básica e de Valorização do Magistério (FUNDEB), que abrange a Educação Infantil, Ensino Fundamental e o Ensino Médio (Pinto, 2007).

Por fim, além desse governo investir muito na educação básica, ele se preocupou também com a educação superior, melhorando o acesso para os jovens oriundos de escolas públicas.

3.2 Histórico da Educação de Jovens e Adultos

A educação no Brasil, desde o período colonial, era direcionada para as crianças, principalmente, as indígenas. Porém, viu-se a necessidade de educar os adultos por meio da catequização, alfabetizando os indivíduos na língua portuguesa através da fé. Assim, iniciou-se o processo de educação com os indígenas das colônias brasileiras. Em 1759, esta educação de cunho religioso se perdeu e ficou sob a tutela do Império, assumindo o caráter elitismo, de modo

que as pessoas pobres perderam o acesso à educação. Dessa forma, percebe-se um início de educação voltado para as pessoas de posse (Strelhow, 2010).

Vale registrar, que na Constituição Imperial de 1824 o significado de educação se tornou mais abrangente, com garantia do ensino primário para todos os indivíduos. Mas este processo de educação declinou, devido às barreiras de inserção das camadas inferiores nessa formação formal. Em 1834, o processo de educação foi retomado e, assim, por meio de um ato constitucional, garantiu-se a instrução primária para todos, incluindo os jovens e adultos. Cabe ressaltar que este letramento era realizado como ato de caridade para as pessoas desfavorecidas, considerando-se que “era preciso iluminar as mentes que viviam nas trevas da ignorância para que houvesse progresso” (Stephanou & Bastos, 2005, p. 261).

Outrossim, o ensino passou a ser considerado como uma solidariedade para os jovens e adultos e não um direito. Com isso, no período da República, em 1879, os analfabetos eram considerados dependentes e incompetentes. Reafirmando este pensamento, a Lei Saraiva, em 1881, restringiu o voto de pessoas não alfabetizadas, contribuindo ainda mais para acentuar os desafios dessas pessoas marginalizadas. Em 1882, Rui Barbosa comparou os analfabetos com as crianças, incapazes de ter uma identidade própria, sendo, portanto, alvo de preconceitos e exclusões. Nota-se que a comparação feita com as crianças, além de preconceito com os jovens e adultos analfabetos, também demonstra um enorme preconceito com as crianças por considerá-las incapazes (Strelhow, 2010).

Além disso, na Constituição Republicana de 1891, a situação se agravou ainda mais, pois, além do voto ser restrito aos alfabetizados, passaram a ser considerados eleitores também os que possuíam posses. Quando se pensava numa evolução para a democracia, acabava restringindo-se à uma república dominada por elites. Diante disso, percebeu-se um movimento diferente da democracia, capaz de segregar os de baixa renda e os analfabetos (Revista HISTEDBR On-line, 2010).

Esse período foi importante para a Educação de Jovens e Adultos - EJA. Esta modalidade de ensino só foi criada em 1930 após muitas lutas durante o governo de Getúlio Vargas, pois existia uma política baseada na economia de exportação cafeeira, onde o adulto analfabeto era visto como sem chance de futuro e servia apenas para o trabalho bruto na zona rural e não tinha oportunidade para aprender a ler e escrever. O foco era a educação de crianças e jovens e só mais tarde se implementou o ensino para adultos (Beleza & Nogueira, 2020).

Nos anos 1940, foi constituída uma política educacional brasileira, citada por Ribeiro (2001), que registrou também “a importância do ensino para os alunos da rede estadual de ensino e, ainda, como poderiam se significar com esta aprendizagem” (Ribeiro, 2001, p. 59).

Além disso, a libertação só acontece por meio da educação, de forma que a emancipação só é possível quando se acredita no ensino (Freire, 1967). Um povo sem educação é um povo sem liberdade. Segundo este autor, a educação deve ser crítica, reflexiva e emancipatória para permitir escolhas cidadãs e éticas. Uma sociedade sem a experiência do ensino fica sem ação diante dos obstáculos apresentados ao longo do caminhar de cada cidadão.

A modalidade de ensino da Educação de Jovens e Adultos - EJA foi oficializada no Brasil por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9394/96). Esta lei tinha a finalidade de atender os alunos que estavam longe das escolas e não tinham a faixa etária dos demais alunos, além de atendimento aos jovens e adultos analfabetos, com baixa escolaridade e atraso escolar (Keller & Becker, 2019). Vale destacar que, segundo o Conselho Nacional de Educação – CNE (2001), a proposta desta modalidade de ensino era atender os alunos, especificamente do ensino médio, a partir dos 18 anos de idade, assim como jovens, adultos ou idosos, que não finalizaram seus estudos dentro da faixa etária correspondente. O enfoque da pesquisa refere-se aos estudantes do ensino médio da EJA, apesar de existir esta modalidade de ensino para o nível de ensino fundamental da EJA, o que não é o enfoque do estudo.

Na sequência, no início do século XX, com a criação da EJA, a sociedade se mobilizou para erradicar o analfabetismo, pois ele era o vilão de um Brasil subdesenvolvido. Em 1915, o analfabetismo passou a ser combatido através de uma Liga Brasileira, que por sua vez lutava contra a ignorância que trazia uma calamidade pública. Por outro lado, iniciou-se uma campanha de valorização das pessoas analfabetas, tornando-as um ser produtivo, e que, mesmo analfabetas, contribuem para o desenvolvimento do país.

Além disso, a educação no Brasil sofreu com uma situação econômica herdada do imperialismo, que girava em torno de um sistema agrário-exportador, além do setor industrial. Neste período, por volta de 1929, com a crise cafeeira, e após a Proclamação da República, a democracia brasileira se fortaleceu “segundo os desígnios dos setores vinculados à burguesia agrário-comercial, dos centros produtores da região centro-sul, onde a burguesia paulista detinha uma posição hegemônica” (Manfredi, 1981, p.28).

Outro ponto, a política no Brasil estava em uma situação de perda de poder, pois a burguesia cafeeira se encontrava em incapacidade de gerir o momento caótico. Nesse momento, com toda essa mudança econômica, percebem-se algumas possíveis mudanças no âmbito da educação com ideais de uma escola nova e, logo em seguida, a bem sucedida pedagogia de Paulo Freire (Fausto, 1972).

Ademais, com o descaso da educação no Brasil e o aumento expressivo do analfabetismo, os movimentos sociais ganharam força. Nas décadas de 20 a 40, foi criado o Plano Nacional de Educação, que legislava sobre o ensino primário integral e obrigatório estendido a todos os adultos. Este foi o primeiro plano criado para valorizar a educação de jovens e adultos. Foi a partir da década de 40, até a década de 50 que a educação voltada para esse público passou a ter um tratamento específico. Em 1938 foi criado o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP). Em 1942, criou-se o Fundo Nacional do Ensino Primário (FNEP) e o seu objetivo foi incluir o Ensino Supletivo para adolescentes e adultos. O regulamento foi estabelecido em 1945, destinando um percentual significativo de recursos para educação de adolescentes e adultos. A lei orgânica do ensino primário foi publicada no ano de 1946, com previsão do ensino supletivo (Revista HISTEDBR On-line, 2010).

Ainda mais, para atender às pessoas adultas, surgiu o programa nacional chamado Serviço de Educação de Adultos (SEA), que tinha como finalidade coordenar e reorientar o ensino supletivo de adultos analfabetos. No final da década de 50, foi organizada a Primeira Campanha Nacional de Alfabetização de Adultos, devido à grande pressão internacional pela erradicação do analfabetismo. Em 24 de outubro de 1945 foi criada a Organização das Nações Unidas (ONU) e Órgãos das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), após a segunda guerra mundial (Bittar & Bittar, 2012).

No ano de 1952, para atender às pessoas que viviam no meio rural, foi criada a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER). Com isso, a educação continuou a dar passos na discussão de um novo método pedagógico para os adultos, de acordo com o II Congresso Nacional de Adultos no Rio de Janeiro, por volta de 1958, onde os educadores abraçaram a causa de combater e romper com preconceitos que castigavam os analfabetos. Assim, surgiu um dos maiores pedagogos do país, Paulo Freire, iniciando-se uma pedagogia de desenvolvimento educativo, que precisava ser por contextualização voltada às necessidades essenciais das pessoas educadas (Stephanou & Bastos, 2005).

Nesse diapasão, vale registrar vários movimentos sociais criados nesse período, como: Movimento de Educação de Base (CNBB, 1961), Movimento de Cultura Popular do Recife (1961), Centros Populares de Cultura (UNE) e Campanha de Pé no chão Também se Aprende (Prefeitura de Natal). Todos esses movimentos tiveram a influência da pedagogia freireana e identificavam o analfabetismo, não como a causa da situação de pobreza, mas como efeito de uma sociedade injusta e não igualitária (Stephanou & Bastos, 2005).

Além disso, Paulo Freire foi indicado para elaborar o Plano Nacional de Alfabetização junto ao Ministério da Educação. No entanto, com o Golpe Militar em 31 de março de 1964,

esse plano foi interrompido. Nesse período, paralelamente ao desenvolvimento da educação, eclodiu o desenvolvimento na economia do país, pois o setor industrial foi alavancado em detrimento do setor de exportação agrária, que passou para um modelo de importação. Em razão dessas mudanças na economia, o Estado brasileiro passou a ser “um dos principais centros de decisão ao nível da política econômica” (Manfredi, 1981).

A história brasileira envolvendo a educação, seguiu seu curso e a partir de então com momentos tristes, pois com o Golpe Militar de 1964 os programas criados em prol da transformação social foram interrompidos. Assim, os materiais e estudos foram apreendidos e seus idealizadores detidos e exilados, interrompendo o sonho de criação de uma democracia. Nesse momento, foi retomada a educação de forma homogeneizada para controle das pessoas. O Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) foi criado em 1967 e tinha como finalidade alfabetizar e promover a educação continuada, que ficou restrita à habilidade de ler e escrever apenas (Medeiros, 1999).

Enfim, com a chegada da Nova República, em 1985, o Mobral foi extinto, marcado por denúncias de desvios de recursos financeiros, com seus responsáveis investigados pela Comissão Parlamentar de Investigação. Soma-se a isso o fato de que com a tentativa de criar um governo autônomo, a economia do país fracassou, pois houve redução de investimento, diminuição do capital estrangeiro e aceleração da inflação. Porém, nesse período, foi exemplificado o primeiro movimento legal para os direitos dos cidadãos não alfabetizados que na Carta Magna é apresentado como: “O inciso I do artigo 208 indica que o Ensino Fundamental passa a ser obrigatório e gratuito” e, também, “assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria” (Oliveira, 2007, p. 4).

Assim, iniciou-se um novo período com a Constituição de 1988, onde a educação possui direitos como: investimento de 30% para erradicação do analfabetismo e manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental, além do acesso de todas as pessoas à educação. Tal acesso, continuou sendo planejado através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, que determinou a elaboração do Plano Nacional de Educação de acordo com a Declaração Mundial de Educação. Por meio da LDB foi constituída a educação de jovens e adultos como modalidade de ensino. Ainda de acordo com a resolução CNB/CEB Nº 1, de 5 de julho de 2000, foram implementadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, que legisla sobre o “direito a jovens e adultos à educação adequada às suas necessidades peculiares de estudo, e ao poder público fica o dever de oferecer essa educação de forma gratuita a partir de cursos e exames supletivos” (Strelhow, 2010).

Atualmente, há uma pluralidade de metodologias baseadas em descobertas, linguísticas, psicológicas e educativas que têm contribuído para a criação de métodos de alfabetização, são eles: Movimentos de alfabetização (MOVA), que procurava trabalhar a alfabetização a partir do contexto socioeconômico das pessoas; Programa Nacional de Alfabetização (PNA); Programa Alfabetização Solidária (PAS), que tinha como um de seus pressupostos a relação de submissão entre o Norte-Nordeste; Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária; Programa Brasil Alfabetizado (PBA), com ênfase no trabalho voluntário, prevendo a erradicação do analfabetismo em 4 anos (Stephanou & Bastos, 2005).

Esse PBA foi criado em 2003 com o objetivo de alfabetizar jovens e adultos, a partir de 15 anos, que não tiveram oportunidade de continuar os estudos pelo ensino regular. Além de buscar atingir as metas educacionais, o programa tem como compromisso moral não deixar nenhum brasileiro para trás. Com diversas inovações, como a valorização do alfabetizador e simplificação da execução, o Brasil Alfabetizado busca garantir a eficácia e otimização de seus recursos para promover a cidadania e o acesso à educação de qualidade (Stephanou & Bastos, 2005).

Agora, no século XXI, a educação no Brasil ainda é desafiadora, pois existem pessoas que não dominam a leitura, a escrita e as operações básicas de matemática, com uma estatística dura e cruel de quase 20 milhões de analfabetos, e analfabetos funcionais acima de 30 milhões. Isto se justifica devido à falta de rotina diária de leitura e de escrita. Ademais, cerca de 70 milhões de brasileiros acima dos 15 anos não atingiram o ensino fundamental, que é o nível mínimo de escolarização obrigatório pela constituição. Por fim, existem os neo analfabetos, que mesmo frequentando uma escola não conseguem dominar a leitura e nem a escrita (Stephanou & Bastos, 2005).

3.3 Conceitos e faixa etária do Ageísmo

Segundo o dicionário *on-line* de Português, etimologicamente a palavra ageísmo deriva da junção de “age” que em inglês significa idade e do sufixo -ismo. O seu conceito refere-se a uma influência negativa, como a aversão e o preconceito direcionado às pessoas envelhecidas, sendo caracterizado também pela criação de estereótipos que desvalorizam a dignidade humana dessas pessoas. O termo possui alguns sinônimos que merecem destaque, como o idadismo e o etarismo, conforme ressaltado por Goldenberg (2016).

Segundo Iversen et al. (2009), quando observado os semelhantes, a tendência é de observar neles de maneira preconceituosa a raça, o gênero e a idade. Como aqui o foco é sobre

o ageísmo, serão discutidos conceitos sobre o preconceito em razão da idade e não da raça e gênero, embora possa ser observada semelhança desse preconceito em jovens e idosos, principalmente se observados na relação de poder nas organizações. Para estes autores, “a investigação sobre o preconceito de idade centra-se nas causas, nas consequências, no conceito e nas formas como o preconceito de idade pode ser reduzido” (Iversen et al., 2009). Os estudos têm-se mostrado eficientes nas causas e consequências, porém o conceito não tem sido bem definido. Com isso, existem definições difusas sobre o conceito do preconceito em relação à idade.

Em uma pesquisa realizada na base de dados Psychinfo (2009) sobre o assunto, com as palavras-chave “conceito de preconceito de idade” e “definição de preconceito de idade”, o resultado foi alarmante, pois, a pesquisa não apresentou nenhum artigo sobre a “definição de preconceito de idade” e apenas quatro artigos com a palavra “conceito de preconceito de idade”. Isto mostra o quanto o assunto é negligenciado na pesquisa científica.

Butler (1969), definiu ageísmo como preconceito de uma idade em relação à outras faixas de idade. Pouco tempo depois, em 1975, Butler ampliou o conceito para “um processo sistemático de estereótipos e discriminação contra as pessoas porque são velhas, tal como o racismo e o sexismo fazem isso em relação à cor e ao gênero” (Butler, 1975). Este autor não faz referência ao idoso explicitamente, às vezes usa a palavra “velho”, mas não de forma presunçosa pela sua existência, pois, para ele não existe uma definição de velhice, ou de quando se torna velho. A velhice em si é questão cultural e social em suas fronteiras flutuantes (Blaakilde, 2002) e nenhuma mudança pode marcar uma descontinuidade biológica (Bytheway, 1995).

Conforme Iversen et al. (2009), nos anos posteriores ao conceito de Butler foram apresentados vários conceitos para o preconceito de idade. Porém, para eles, a definição não abrange por completo a complexidade que envolve o assunto. Diante disso, a seguir, no Quadro 5, serão apresentadas algumas dessas definições sobre a idade das pessoas. Os autores de “Uma análise conceitual do Ageísmo” registraram vários conceitos em uma tabela para que possam entender a complexidade que trazem esses conceitos de ageísmo. Para isso, foi usada a cronologia de tempo crescente.

Quadro 5

Análise conceitual do Ageísmo

Autores	Foco	Ano	Definição
----------------	-------------	------------	------------------

Butler	Conceito	1969	“Preconceito de uma faixa etária em relação a outras faixas etárias”.
Butler	Conceito	1975	“O preconceito de idade como um processo sistemático de estereótipos e discriminação contra as pessoas porque são velhas, tal como o racismo e o sexismo fazem isso em relação à cor e ao gênero”.
Mordomo	Conceito e consequências	1980	1) Atitudes preconceituosas em relação aos idosos, à velhice e ao processo de envelhecimento, incluindo atitudes dos próprios idosos; 2) Práticas discriminatórias contra os idosos, nomeadamente no emprego, mas também noutros papéis sociais; e 3) práticas e políticas institucionais que, muitas vezes sem maldade, perpetuam crenças estereotipadas sobre os idosos, reduzem as suas oportunidades de uma vida satisfatória e minam a sua dignidade pessoal.
Johnson	Conceito	1993 (p. 205)	“Esta discussão sugere uma definição curta de preconceito de idade: o exercício ofensivo do poder através da referência à idade”. Isto acomoda tanto o preconceito de idade institucionalizado... como o preconceito de idade internalizado... Também abrange o patrocínio benevolente, talvez a forma mais difundida de preconceito de idade: “ficar de olho nos idosos e assim por diante”.
Webster Dicionário	Conceito	1994 (p. 63)	Define-o (idadismo) como “preconceito e discriminação contra uma determinada faixa etária, e especialmente contra os mais velhos”.
McGowan	Conceito, causas e consequências	1996 (p. 71)	“O preconceito de idade é definido como a estereotipagem negativa e a desvalorização sistemática das pessoas unicamente devido à sua idade... O preconceito de idade é um fenómeno complexo com dimensões históricas, culturais, sociais, psicológicas e ideológicas... O processo de desvalorização assume a forma de relações interpessoais (micro) e discriminação institucional (macro).”
Palmore	Conceito, causas e consequências	1999 (p. 4)	“Defino preconceito de idade como qualquer preconceito contra ou a favor de uma faixa etária. O preconceito contra uma faixa etária é um estereótipo negativo sobre esse grupo (como a crença de que a maioria dos idosos são senis) ou uma atitude negativa baseada num

			estereótipo (como o sentimento de que a velhice é geralmente o pior momento da vida). Discriminação contra uma faixa etária (como a reforma compulsória) [...] mas também existe preconceito de idade positivo: preconceito e discriminação a favor dos idosos.”
Minchiello, Browne & Kendig	Consequências	2000 (p. 253)	“O preconceito de idade é um conjunto de relações sociais que discriminam os idosos e os diferenciam como sendo diferentes, definindo-os e compreendendo-os de uma forma simplificada e generalizada.”
Cuddy & Fiske	Causas	2002 (p. 4)	“Atitudes baseadas em categorias... são representadas como preconceito (afetivo), discriminação (comportamental) e estereótipos (cognitivo). O preconceito de idade contém os mesmos três mecanismos”.
Greenberg, Schimel & Martens	Causas	2002 (p. 27)	“O preconceito de idade pode ser definido simplesmente como atitudes ou comportamentos negativos em relação a um indivíduo com base apenas na idade dessa pessoa”.
Imposição & Banaji	Causas	2002 (p. 50)	“Definimos o preconceito de idade como uma alteração no sentimento, crença ou comportamento em resposta à idade cronológica percebida de um indivíduo ou grupo”.
Montepare & Zebrowitz	Causas	2002 (p. 77)	“As atitudes tendenciosas e desfavoráveis que as pessoas têm em relação aos adultos idosos são chamadas de preconceito de idade.”
Pipa & Vagner	Consequências	2002 (p. 131)	“Adotamos o modelo tripartido. Este modelo, aplicado a adultos mais velhos, propõe que as atitudes compreendem três componentes: uma atitude componente afetiva..., uma componente cognitiva... e uma componente comportamental... As atitudes etárias são melhor pensadas como uma constelação de três fatores, cada um dos quais pode ter um componente positivo ou negativo.”
Pasupathi & Löckenhoff	Consequências	2002 (p. 201)	“Definimos o comportamento preconceituoso como um subconjunto de comportamentos diferenciados pela idade que são causados por atitudes e crenças negativas imprecisas sobre o envelhecimento ou sobre os adultos mais velhos, ou que têm um claro impacto

prejudicial sobre os idosos”.

Whitbourne & Sneed	Consequências	2002 (p. 264)	“O preconceito de idade (é) definido como atitudes preconceituosas em relação ao envelhecimento e aos adultos mais velhos, caracterizadas por mitos e estereótipos que retratam o envelhecimento como um processo de decadência.”
Hagestad e Uhlenberg	Conceito, causas e consequências	2005 (p. 350)	Defendemos a definição conceptual tripartida de Levy & Banaji e concordamos com a noção de Palmore de que o preconceito de idade também pode ter um tom positivo.
Nussbaum, Pitts, Huber, Krieger	Consequências	2005 (p. 288)	Definição de Butlers (1975) + definição de Palmore (1999).
Tornstam	Conceito	2006 (pp. 44, 46)	Defende uma definição conceitual tripartida. Propõe uma tipologia baseada em componentes cognitivos e disposições comportamentais.
Solene	Conceito, causas e consequências	2007 (p. 111)	“Quando as crenças e sentimentos estão ligados a comportamentos discriminatórios contra idosos, falamos de discriminação etária. Estes três componentes das atitudes: o cognitivo (crenças sobre os idosos), o afetivo (sentimentos pelos idosos) e o comportamental (atos em relação aos idosos), poderiam ser incluídos no conceito de preconceito de idade, mesmo que o conceito seja usado em várias formas, também sobre a discriminação contra os jovens e sobre a discriminação negativa e positiva. O preconceito de idade pode ser expresso na interação interindividual, mas também pode ser inerente às estruturas sociais e materiais.”
Anderson	Anderson	2008 (p. 12)	Preconceitos ou concepções estereotipadas baseadas na idade do ser humano, e que podem levar à discriminação.
Achenbaum	Conceito, causas e consequências	2015	As pessoas mais velhas muitas vezes se encontram marginalizadas, o que diminui sua capacidade de contribuir.
Levy e Macdonald	Conceito	2016	O ageísmo é uma importante questão a ser estudada.

Fonte: Adaptado de Iversen, T. N., Larsen, L., & Solem, P. E. (2009). *A conceptual analysis of ageism. Nordic psychology, 61*(3), 4-22.

Para contextualizar, cabe ressaltar como acontece o processo de envelhecimento. Segundo Mane e Paiva (2007) o envelhecer assusta, porém é um estágio natural da vida, as pessoas nascem, crescem e envelhecem. Quando as pessoas se aposentam é que percebem que a velhice chegou e muitos não conseguem administrar este fenômeno. Daí, então, é que vão perceber que os filhos se casaram e que estão sozinhos e velhos.

A Política Nacional do Idoso (Lei nº 8.842 de 04.01.94) define que a pessoa de 60 anos ou mais é considerada idosa (Brasil, 2006). Para análises apenas estatísticas, a Organização das Nações Unidas (ONU) apresenta três categorias para os idosos: os pré-idosos, entre cinquenta e cinco e sessenta e quatro anos de idade; os idosos jovens que vão de sessenta e cinco a setenta e nove anos e os idosos de idade avançada, que são acima de setenta e cinco anos ou oitenta anos. Porém, como estimativa, fixa-se esta idade a partir dos sessenta e cinco anos (Batista, 2021).

Ressalta-se que uma pessoa considerada idosa, segundo a Cartilha da Campanha Mundial de Combate ao Idadismo (2022), é aquela pessoa que ultrapassou a média da expectativa de vida a partir do nascimento. Ela afirma que após os 50 anos considera-se indivíduo idoso, dependendo da expectativa de vida. Por sua vez, a Organização Mundial da Saúde (OMS) define que os idosos são os indivíduos com 60 anos de idade ou mais, definição também utilizada pelo Estatuto do Idoso, de acordo com a Lei 10.741/2003.

Adicionalmente, a Organização das Nações Unidas (ONU) considera a pessoa idosa a partir dos 65 anos para os países desenvolvidos e para países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, a partir de 60 anos de idade. A história sobre o envelhecimento sofreu alterações a partir da metade do século XX. A expectativa de vida, no Brasil, aumentou em 20 anos de 1950 a 2002 e a Organização das Nações Unidas (ONU) projeta para 2050 2 bilhões de pessoas idosas, considerando-se aqueles acima de 60 anos de idade (Souza, 2010).

Ainda, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018), estimou que em 2010 uma em cada quatro pessoas atingiria idade igual ou superior a 65 anos. Ademais, registra-se que no Brasil uma em cada dez pessoas ultrapassou os 60 anos e para 2060 estima-se que uma em cada três pessoas ultrapassará essa mesma faixa etária. Tais dados são alarmantes para uma sociedade que ainda não está devidamente preparada para conviver com um número elevado de pessoas idosas.

Para Ferreira et al. (2020) o processo de envelhecimento populacional no Brasil evoluiu significativamente. Os autores salientam alguns marcos importantes para consolidação das leis que favoreceram essa faixa etária, a exemplo da criação da Sociedade Brasileira de Geriatria e a Gerontologia, e os grupos de convivências voltados para idosos do Serviço Social do Comércio nos anos de 1960, que se desenvolveram até os anos de 2000, quando foi criado o Conselho Nacional da Pessoa Idosa e a Política Nacional do Idoso. A partir disso, iniciou-se a discussão do padrão ageísta imposto pelas construções governamentais e sociais sobre o envelhecimento.

Nessa mesma esteira, apesar de algumas leis terem beneficiado a população idosa, ainda não é o suficiente, tendo em vista os relatos de autores como Souza (2013) e Melo (2018) sobre a violência de exclusão social desses indivíduos, pois os mesmos vivem em uma sociedade mal educada, incapaz de lidar com os idosos no tempo presente, quanto mais no futuro, quando a tendência de envelhecimento é aumentar cada vez mais (Ferreira et al., 2020).

3.4 Pesquisas dos últimos dez anos sobre Ageísmo

Com o intuito de mapear as pesquisas mais recentes no Brasil sobre a temática, foi realizado um levantamento dos artigos publicados nos últimos dez anos sobre o ageísmo na plataforma da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. A busca com o termo “ageísmo” e “preconceito de idade”, período de publicação “2013 a 2023”, tipo de documento “artigo”, área de conhecimento “Administração” e idioma “todos os idiomas” retornou 16 resultados, sendo que após uma triagem restaram 14 artigos relacionados ao tema. O Quadro 6 exibe uma síntese desses artigos na ordem decrescente, ou seja, do mais novo para o mais velho, com a descrição do título, de ano, autores, objetivo e abordagem.

Quadro 6

Estudos sobre o Ageísmo publicados nos últimos 10 anos (2013 - 2023)

Título	Ano	Autor(res)	Objetivo	Abordagem
Conscientização gerontológica para a atuação docente-científica de	2023	Vivian Nádia Ribeiro de Moraes-Caruzzo e Victor César de	Apresentar a construção teórico-metodológica dos conceitos de Consciência e Conscientização Gerontológica de modo a	Qualitativa

professores de línguas estrangeiras com o público da terceira idade		Oliveira	defender sua importância para professores de línguas estrangeiras (LE) para o público da Terceira Idade.	
Repercussões do confinamento devido à pandemia de COVID-19 na autonomia e participação de pessoas com mais de 75 anos: uma perspectiva ocupacional	2023	Matías Bernal de la Fuente; Josselyn Hernandez-Salas; Camila Pineda-Caniulaf; Dania Rodríguez-Azocar; Jimena Carrasco-Madariaga	Descrever e analisar as repercussões das medidas adotadas no Chile devido à pandemia de COVID-19 nas atividades diárias de pessoas com mais de 75 anos em relação à autonomia e participação social e analisá-las a partir do marco da Justiça Ocupacional.	Qualitativa
Ageísmo contra idosos no contexto da pandemia da COVID-19: uma revisão integrativa	2021	Silva et al.	Descrever os principais resultados de estudos sobre preconceito, estereotipia e discriminação relacionados à idade (ageísmo) no contexto da pandemia da COVID-19.	Qualitativa
Preconceito de idade como um fenômeno sociocultural invisível que afeta e exclui o cuidado das pessoas idosas	2021	Maggie Campillay-Campillay; Ana Calle-Carrasco; Edith Rivas-Rivero; Amaya Pavéz-Lizarraga; Pablo Dubó-Araya; Fabián Araya-Galleguillos	Refletir sobre o fenômeno do preconceito de idade que promove comportamentos que excluem os idosos da vida em sociedade e dos cuidados formais.	Qualitativa
Diagnóstico do ageísmo no serviço público brasileiro: A necessidade de combater o preconceito projetado para o futuro do servidor	2021	Sérgio Neiva	Refletir e analisar o cenário dos idosos como integrantes da força de trabalho no serviço público.	Qualitativa

Além das equipes intergeracionais: Possibilidades de estudos sobre o ageísmo	2021	Silva, Almeida, Oliva e Kubo	Reunir contribuições de pesquisas sobre o ageísmo envolvendo as principais estratégias de enfrentamento no contexto organizacional, refletindo criticamente sobre a prevalência que é dada à formação de equipes intergeracionais nas organizações.	Qualitativa
Ageísmo: Percepção de Pessoas Idosas Usuárias do CRAS	2020	Juliana Fernandes Eloi	Avaliar o preconceito contra idade vivenciado por pessoas idosas.	Qualitativa
Preconceito contra idoso: Práticas, crenças e formas de superar	2020	Aureir Alves de Brito, Ana Lúcia Ponciano Ribeiro	Investigar preconceitos vivenciados pelos idosos nos espaços da sociedade.	Qualitativa
Ageísmo nas organizações: Questões para Debate	2019	Romário Alves da Silva, Diogo Henrique Helal	Discutir o fenômeno ageísmo no ambiente organizacional e suas influências no processo do envelhecimento.	Qualitativa
Ageísmo no contexto organizacional: a percepção de trabalhadores brasileiros	2017	Lucia Helena de Freitas Pinho França, Andreia da Rocha Siqueira-Brito, Felipe Valentini, Ione Vasques-Menezes e Claudio Vaz Torres	Elaborar a escala de ageísmo no contexto organizacional (EACO), buscando evidências de validade da sua estrutura e investigando possíveis diferenças nos preconceitos contra trabalhadores mais velhos.	Qualitativa
O idadismo como viés cultural: Refletindo sobre a produção de sentidos para a velhice em nossos dias	2016	Gisela G. S. Castro	Propor uma reflexão sobre o tema da velhice no enquadramento das mídias audiovisuais, especialmente o cinema.	Qualitativa

Precisamos discutir o idadismo na comunicação	2015	Gisela G.S. Castro	Refletir o envelhecimento da população mundial, fato que torna importante o debate a respeito da velhice do idadismo.	Qualitativa
Etarismo nas organizações: um estudo dos estereótipos em trabalhadores envelhecidos	2014	Guilherme Blauth Loth e Nereida Silveira	Entender quais são os estereótipos percebidos por “envelhecidos” em relação ao preconceito de idade no trabalho.	Qualitativa
Alguns apontamentos sobre o idadismo: A posição de pessoas idosas diante desse agravo à sua subjetividade	2014	Ana Carla Santos Nogueira De Sousa, Flaminia Manzano Moreira Lodovici, Nadia Dumara Ruiz Silveira e Regina Pilar Galhego Arantes	Investigar, à luz da perspectiva da Gerontologia Social, a posição de pessoas idosas em episódios de discriminação social etária e a avaliação do consequente impacto negativo.	Qualitativa

Fonte: Elaborado pelo autor.

Outrossim, os estudos encontrados na plataforma da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, conforme Quadro 6, todos com metodologia qualitativa, são subdivididos nas seguintes áreas: 1(um) dos artigos refere-se à área de educação: Atuação docente-científica de professores de línguas estrangeiras; 2(dois) referem-se à saúde: Pandemia de COVID-19; 1(um) sobre equipes intergeracionais; 1(um) sobre Pessoas Idosas Usuárias do CRAS; 1(um) sobre Práticas, crenças e formas de superar; 4(quatro) referem-se ao Ageísmo nas organizações; 1(um) como viés cultural; 1(um) na área da Comunicação; 1(um) como Fenômeno sociocultural e 1(um) com alguns apontamentos sobre o idadismo. Portanto, destaca-se no estudo o maior número de artigos na área das organizações.

Além de conceitos sobre o tema desta pesquisa, vale destacar o estudo realizado pelos autores Helal e Viana (2020), que buscou identificar as principais obras mais referenciadas nos estudos sobre o ageísmo no Brasil. Segue abaixo o Quadro 7, que descreve os títulos, nacionais e internacionais, com maior número de publicações. O estudo apresentou 14 artigos com maior

número de publicações. Dos quatorze artigos, três foram publicados três vezes e onze artigos com duas publicações.

Quadro 7

Títulos nacionais e internacionais com maior número de publicações sobre o tema ageísmo

Número de Ocorrências	Referência
3	Butler, R. (1980). <i>Ageism: A foreword. Journal of Social Issues</i> , 36(2), 8-11.
3	Palmore, E. (2001). <i>The ageism survey: First findings. The Gerontologist</i> , 41, 572-575.
3	Cuddy, A. J. C., Norton, M. I., & Fiske, S. T. (2005). <i>This old stereotype: The pervasiveness and persistence of the elderly stereotype. Journal of Social Issues</i> , 61(2), 267-285.
2	Goldani, A. M. (2010). Desafios do “preconceito etário” no Brasil. <i>Educação e Sociedade</i> , 31(111), 411-434.
2	Cabral, M. V., et al. (2013). <i>Processos de envelhecimento em Portugal. Usos do tempo, redes sociais e condições de vida</i> . Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
2	Levy, B. (1996). <i>Improving memory in old age by implicit self-stereotyping. Journal of Personality and Social Psychology</i> , 71, 1092-1107.
2	Levy, B. (2003). <i>Mind matters: Cognitive and physical effects of aging self-stereotypes. Journal of Gerontology: Psychological Sciences</i> , 58B, 203-211.
2	Levy, B., & Banaji, M. (2002). <i>Implicit ageism</i> . In T. Nelson (Ed.), <i>Ageism: Stereotyping and prejudice against older persons</i> (pp. 49-75). Cambridge: Bradford Books.
2	França, L. H., & Soares, D. H. (2009). Preparação para a aposentadoria como parte da educação ao longo da vida. <i>Psicologia Ciência e Profissão</i> , 29(4), 738-751.

2	Ferreira-Alves, J., & Novo, R. F. (2006). Avaliação da discriminação social de pessoas idosas em Portugal. <i>International Journal of Clinical and Health Psychology</i> , 6, 65-77.
2	Minichiello, V., Browne, J., & Kendig, H. (2000). <i>Perceptions and consequences of ageism: Views of older people. Aging and Society</i> , 20, 253-278.
2	Nelson, T. (2005). <i>Ageism: Prejudice against our feared future self. Journal of Social Issues</i> , 61, 207-221.
2	Pinquart, M. (2002). <i>Good news about the effects of bad old-age stereotypes. Experimental Aging Research</i> , 28, 317-336.
2	Siqueira-Brito, A. R., França, L. H. F. P., & Valentini, F. (2016). Análise fatorial confirmatória da Escala de Ageísmo no Contexto Organizacional. <i>Avaliação Psicológica</i> , 15(3), 337-345.

Fonte: Disponível em: Helal, D. H., & Viana, L. O. (2021). Ageísmo: uma revisão integrativa da literatura em língua portuguesa. *Conhecimento & Diversidade*, 13(29), 171-191.

3.5 Teoria de Butler e o Fenômeno do Ageísmo

Segundo Iversen et al. (2009), a teoria do Ageísmo desenvolvida por Robert N. Butler em 1969 como: “preconceito de uma faixa etária em relação a outras faixas etárias” (Butler, 1969) e em 1975, o mesmo autor deu uma nova definição mais ampliada do Ageísmo que é a que prevalece até os dias de hoje, como: “um processo sistemático de estereótipos e discriminação contra as pessoas porque são velhas, tal como o racismo e o sexismo fazem isso em relação à cor e ao gênero” (Butler, 1975). A partir de então, essa definição se tornou clássica para o preconceito de idade e incorporada por vários outros teóricos como uma definição definitiva, por exemplo, Lewinter (2008) e McCann e Giles (2002). Porém, existem outros teóricos que pensam que o conceito de Butler precisa de mais reformulações, sendo raro uma definição útil e atualizada do conceito (Palmore et al., 1999).

O ageísmo surge a partir do momento em que a idade das pessoas se torna um fator de categorização e divisão pelas suas desvantagens, perdas e injustiças, causando desgastes nos relacionamentos interpessoais. O idadismo acontece quando o idoso é ignorado pelos superiores e colegas de trabalho, é menosprezado pela família em casa, vê recusado um empréstimo

bancário, recebe insultos ou é evitado nas ruas e lhe é negado o direito de assistência médica. Estas e outras questões são exemplos de preconceitos contra o idoso. A Organização Mundial de Saúde (OMS) define o idadismo como um fenômeno social multifacetado de estereótipo, preconceito e discriminação dirigida contra outros ou contra si mesmo com base na idade (Cartilha da Campanha Mundial de Combate ao Idadismo, 2022).

Alguns aspectos são correlatos ao ageísmo, tais como, o estereótipo, o preconceito e a discriminação, refletidos por meio de pensamentos, sentimentos e ações comportamentais. As pessoas utilizam-se das suas inferências para estereotipar o idoso quanto à sua capacidade física e mental, suas competências sociais, crenças políticas e religiosas. As inferências, por sua vez, podem levar as pessoas a generalizações excessivas de que idosos são frágeis, incompetentes e incapazes. Outro aspecto importante é o idadismo institucional, interpessoal e contra si próprio. Os indivíduos idosos são restringidos por meio das leis institucionais, regras, normas, políticas e práticas que injustamente os privam das oportunidades. As pessoas às vezes não são capazes de perceber a existência desse preconceito institucional, uma vez que são práticas tradicionais antigas e enraizadas no ambiente organizacional. O último aspecto diz respeito ao idadismo explícito e o implícito. Para o explícito, as pessoas idadistas têm consciência dos seus pensamentos, sentimentos e ações, ou seja, são intencionais. Já o idadismo implícito ocorre quando as pessoas não têm consciência dos seus pensamentos, sentimentos e ações (Cartilha da Campanha Mundial de Combate ao Idadismo, 2022).

Ainda, de acordo com a Cartilha da Campanha Mundial de Combate ao Idadismo (2022), registra-se que o idadismo começa cedo, ainda na primeira infância já é perceptível o estereótipo cultural da idade, ou seja, os sinais são captados de pessoas ao redor das crianças, que as levam a assimilar e fazer inferências dos sentimentos e comportamentos das diferentes idades. As crianças em seus desenhos idealizam pessoas idosas como indefesas, incapazes de cuidar de si próprias.

Ademais, a sociedade não convive bem com os idosos (Lopes, 2012). A certeza que se tem é que todos irão envelhecer um dia e a chance de sofrer uma discriminação pela idade é muito grande. Esta discriminação é feita por um grupo de indivíduos que possui características intrínsecas ao preconceito com o idoso, ou melhor dizendo, discriminação com os mais velhos. Ela também se desenvolve através de estereótipos, preconceitos e de práticas discriminatórias, tais como: crenças sobre o adoecimento dos idosos, falta de habilidade para realizar tarefas, entre outros (Moreira, 2020).

Em se tratando de outro contexto cultural o exemplo de Portugal mostra que a preocupação principal dessa população é com a saúde dos idosos (Carneiro et al, 2012). Dessa

forma, o ageísmo é menos explorado, pois os governantes valorizam os idosos. Para as pessoas com 70 ou 80 anos, nascidas nas décadas de 1940 e 1950, a expectativa de vida era entre 51 a 62 anos. No entanto, quando atingiram a idade até 65 anos, a expectativa de vida ainda era de 18 a 19 anos pela frente. Um atendimento especial e melhores condições de vida permitiram maior longevidade de vida da população idosa portuguesa (Moreira, 2020).

Nesse sentido, Portugal tem apresentado um grande êxito na melhoria dos níveis da mortalidade da população idosa e também no que diz respeito ao ageísmo. Para uma esperança de vida saudável dessa população os indicadores mostram que no ano de 2018, a média era cerca de 10 anos de igual modo para o idoso do sexo feminino e do masculino. Desde 2013, os índices têm diminuído para os anos de vida saudável dos portugueses com 65 anos ou mais. Neste período, considerava 9,5 anos, ou seja, entre 9,6 para homens e 9,3 para as mulheres (Moreira, 2020).

O envelhecimento, além de ser um fenômeno universal é também irreversível (Barros et al., 2021). A população mundial possui 841 milhões de idosos acima de 60 anos, com previsão de 2 bilhões para o ano de 2050 (OMS, 2015). A expectativa de vida dos brasileiros alcançou 76,3 anos em 2018, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), (Clelier, 2019).

A velhice é caracterizada como um fenômeno diferenciado que acontece de acordo com as épocas e também com as culturas (Beauvoir, 1990; Minayo et al., 2002; Neri, 2007), sendo que “as variantes são muitas e envolvem o meio ambiente, condições de trabalho, o modo de vida e a classe social” (Alves Junior, 2004, p. 61). O processo de envelhecimento é bastante complexo e pode ser associado à idade das pessoas (OMS, 2015).

Outro ponto necessário para discussão é o combate à discriminação etária, pois só assim é possível criar autonomia da pessoa idosa e, também, criar um apoio maior ao envelhecimento saudável por meio de políticas públicas nos níveis governamentais (OMS, 2015). Sabe-se que os direitos dos idosos são assegurados pela Constituição Federal de 1988 (Braga & Mazzeu, 2017; Haddad & Di Pierro, 2000; Machado, 2016).

A população idosa vem crescendo substancialmente e com ela o etarismo continua negligenciado pelos donos de negócios e pelos governantes. Com o envelhecimento da população, o etarismo continua sendo um problema mundial (Macdonald & Levy, 2016). O etarismo influencia as decisões dos patrões, culminando em uma posição preconceituosa e discriminatória para com os empregados mais velhos, considerando-os como incompetentes, com baixa capacidade física e mental, o que fomenta suas demissões (Nelson, 2016).

Estudos no Brasil, provam que a falta de políticas públicas voltadas para os mais velhos tem um gargalo, pois apesar de uma pesquisa em 2013 com 138 gestores de Recursos Humanos provarem uma percepção positiva sobre os idosos acima dos 50 anos de idade, ainda são poucos os estudos que trazem resultados de práticas voltadas para essa população. Esses resultados foram testados pela FGV/EAESP (Tonelli et al., 2018).

Diante do exposto, percebe-se que as organizações têm uma baixa preocupação com os idosos. As confluências de múltiplas perspectivas acabam criando estereótipos com a idade, que prejudicam o ambiente de trabalho. Isso não é bem-visto pelas organizações, que acabam contratando profissionais mais jovens em detrimento dos mais idosos. Apesar de terem a mesma qualificação, a preferência pode ser para os mais jovens (Bala et al., 2011; Rudolph & Zacher, 2015).

3.6 O Ageísmo e a Educação

Na cartilha da Campanha Mundial de Combate ao Idadismo (2022) encontram-se exemplos da relação do ageísmo com a educação. Um deles aconteceu na Austrália, com a intervenção nas bases curriculares. Esta intervenção era presencial semanalmente de maneira educativa para os estudantes de ensino médio regular, com sessões interativas em grupos com discussões lúdicas, onde os estudantes levaram para suas vidas a prática das novas habilidades adquiridas em favor das pessoas idosas. Com isso, os estudantes passaram a entender com mais clareza o significado do ageísmo. Em cada abordagem de um aluno com um indivíduo envelhecido, era indagado sobre o que poderiam esperar dele. Portanto, o exemplo citado contribuiu muito para o respeito e valorização do idadismo naquele país.

Um caminho mais propício para combater as práticas do fenômeno do ageísmo é por meio da educação. Só através de uma gestão de processo permanente de educação, com início na família e depois na escola, não o contrário, será possível o desenvolvimento dos aspectos formativos, para as capacidades física, intelectual, cognitiva e social dos alunos. Assim, com o passar do tempo, essas práticas educativas vão se transformando em conhecimentos, adquirindo hábitos saudáveis e essenciais para o cotidiano do indivíduo, para o pleno exercício da cidadania (Santiago, 2019).

Ademais, o acesso da população idosa na educação formal no Brasil é de grande importância nessa discussão, pois a reflexão que se faz é que grande parcela da população ainda é privada desse direito constitucional, ou seja, o bem simbólico que a educação constitui (Saviani, 1982). Para este autor, a classificação tripartite dos direitos individuais pode parecer

formalista, mas a educação é essencial para o exercício de todos os direitos. Na sociedade moderna, o direito positivo substitui o direito natural.

A realidade brasileira para EJA ainda está aquém do esperado, mesmo a modalidade em andamento, ainda deve ser aprimorada. O novo método apresentado por Freire (2005) foi associado à leitura e à escrita, que trouxe a expressão de uma cultura, conscientização e a interpretação de problemas vivenciados na sociedade brasileira. Ele ressaltou a necessidade de “valorização do conhecimento e da cultura popular e que a alfabetização pudesse ter causas que enxergasse a realidade das pessoas com inserção no processo de alfabetização” (Freire, 2005, p. 110).

Por fim, percebe-se que há necessidade de posicionamento das organizações sobre os interesses dos idosos, para que tenham acesso às práticas de ensino defendidas pela Constituição Federal (1988). É de suma importância que os aspectos sociais, históricos e culturais possam permear um envelhecimento saudável, sem preconceito e sem segregação. Adicionalmente, os idosos devem ter voz ativa, com autonomia de expressão para fazer uso de suas próprias linguagens (Devide, 2000).

4 PERCURSO METODOLÓGICO

A metodologia da pesquisa foi de abordagem qualitativa, tendo em vista que este processo possibilita analisar como se manifesta o ageísmo a partir da perspectiva dos alunos da Educação de Jovens e Adultos – EJA de uma escola pública estadual de Minas Gerais. Assim, foi analisado, na perspectiva dos alunos da EJA, se o ageísmo de fato era manifesto no dia a dia em sala de aula. Nesta abordagem e método foi possível analisar por meio dos *insights* os sentimentos dos estudantes quanto aos processos motivacionais, comportamentais e suas percepções e atitudes, conforme ponderam Lichand et al. (2022).

4.1 Classificação e Delineamento da Pesquisa

A pesquisa classifica-se pela sua finalidade metodológica como natureza descritiva, que tem como objetivo descrever as características que contribuem para a compreensão de um certo fenômeno, conforme propõe Vergara (2005). Quanto à abordagem em uma pesquisa qualitativa pode ocorrer em determinado grupo da sociedade, com traços de subjetividade apresentados pelos alunos. Para Patias e Hohendorff (2019), a pesquisa qualitativa envolve um caráter de generalidades e subjetividades.

4.2 Plano de coleta de dados e sujeitos da pesquisa

Para os dados da pesquisa foram realizadas entrevistas semiestruturadas em profundidade com os alunos da modalidade de ensino de Educação de Jovens e Adultos - EJA, com base em roteiro pré-definidos com a finalidade de coletar os dados necessários para análise. Segundo Manzini (2003), este tipo de entrevista pode levar para outras questões e circunstâncias diferentes capazes de compreender ainda mais o fenômeno estudado. Os dados coletados também podem servir para aprofundar além do fenômeno estudado (Triviños, 1987). Assim, pode-se encontrar outros dados relevantes com a flexibilidade permitida desse instrumento de coleta de dados.

Na realização de coleta dos dados, será observada a transparência, que é uma técnica utilizada para dimensionar a ética na expectativa de evidenciar o rigor de uma investigação científica (Pillar, 2004). A proposta é sistematizar e expor o tratamento da análise dos dados coletados na pesquisa qualitativa, que utilizará os dados por saturação teórica, a partir da experiência vivida pelo pesquisador no campo da pesquisa, pautado por um raciocínio do

conhecimento entre a relação do objeto de estudo e do *corpus* a ser estudado (Fontanella et al., 2011).

Quanto ao objetivo do estudo, procura-se analisar como se manifesta o ageísmo na perspectiva dos alunos da Educação de Jovens e Adultos – EJA de uma escola pública estadual de Minas Gerais.

A pesquisa foi realizada com alunos do primeiro, segundo e terceiro ano do ensino médio, da Educação de Jovens e Adultos - EJA, de uma Escola Estadual de Minas Gerais, localizada na cidade de Belo Horizonte. Participaram da pesquisa alunos com 40 anos de idade ou mais. Quanto à técnica de entrevistas, foi solicitada a autorização formal do Gestor escolar, ou seja, o Diretor, que por sua vez notificará os alunos sobre a participação nas entrevistas de caráter voluntário. Aos participantes da pesquisa serão garantidos o sigilo e a confidencialidade dos dados que serão utilizados, exclusivamente, para fins acadêmicos. Eles só serão identificados por E1, E2, E3, E4 e assim sucessivamente. A escolha dos participantes da pesquisa foi pelo critério de acessibilidade (Vergara, 2009), tendo em vista a aceitação dos alunos das três turmas de ensino médio na modalidade de ensino público EJA.

4.3 Plano de Análise e Interpretação de Dados

As entrevistas foram gravadas via celular e após, os áudios foram transcritos pelo *Word*. Os dados provenientes das entrevistas foram submetidos à análise temática de conteúdo, permitindo que os pesquisadores descubram tópicos comuns e temas recorrentes em conjuntos de dados, conforme as técnicas de Bardin (2011). De acordo com esta autora, a técnica envolve três fases diferentes. A primeira delas é a pré-análise, que envolve a escolha e a seleção dos documentos a serem analisados, bem como a organização desses documentos. A segunda fase, que é a exploração do material, inclui a codificação das informações, a classificação e o tratamento das categorias. E, por último, o tratamento dos resultados, refere-se aos dados que são interpretados e uma conclusão elaborada, a partir das categorias identificadas.

Segundo Bardin (2011), a análise de conteúdo é uma técnica metodológica com a finalidade de extrair sentido e significado de conteúdos, buscando compreender fenômenos em profundidade a partir do material coletado. Dessa forma, os dados desta pesquisa serão categorizados após coleta de dados.

Portanto, esta análise se dá por meio de conjunto de técnicas voltadas para a comunicação ou textos. Para esta análise de conteúdo, é possível analisar as mensagens para identificar o emissor, o receptor e também sobre como é produzida a mensagem (Cardoso et al,

2021). Este método é bastante utilizado em pesquisas qualitativas e na interpretação de dados em textos (Moraes, 1999).

5 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS

Nesta seção, de acordo com as orientações para entrevistas de Manzini (2003), são apresentados e analisados os dados da pesquisa, incluindo o perfil dos entrevistados, alunos da EJA e suas percepções sobre o ageísmo relacionado à resistência de matrícula nesta modalidade de ensino, evasão escolar, dificuldade de aprendizagem e a comunicação da gestão escolar com os alunos.

5.1 Perfil dos entrevistados

Foram entrevistados 20 alunos estudantes da EJA (Ensino Médio), de uma escola estadual de Belo Horizonte - Minas Gerais do primeiro, segundo e terceiro anos e também alguns ex-alunos já formados nesta mesma escola, os quais foram identificados por ordem de realização da entrevista pela sigla E1, E2, E3, E4, E5 e assim sucessivamente até o E20. A sigla é usada para que a identificação do entrevistado seja mantida em sigilo, conforme o acordo entre as partes com assinatura do termo de consentimento para a pesquisa.

O Quadro 8 a seguir apresenta os dados sociodemográficos dos entrevistados.

Quadro 8

Dados sociodemográficos dos entrevistados

Dados Sociodemográficos	Categoria	Quantidade	Respondentes (%)
Sexo	Feminino	16	80,00%
	Masculino	4	20,00%
Idade	de 40 a 49 anos	5	25,00%
	de 50 a 59 anos	11	55,00%
	60 anos ou mais	3	15,00%
	Não respondeu	1	5,00%
Estado civil	Solteiro	6	30,00%
	Casado	11	55,00%
	Desquitado/divorciado/separad	3	15,00%

	o		
	Viúvo	0	0,00%
	União Estável	0	0,00%
	Outro	0	0,00%
Escolaridade	Ensino médio incompleto	6	30,00%
	Ensino médio completo	13	65,00%
	Ensino Superior Incompleto	1	5,00%
Deficiência	Nenhuma	19	95,00%
	Física	1	5,00%
	Mental	0	0,00%
	Múltipla	0	0,00%

Fonte: Elaborado pelo autor.

Em suma, verifica-se que dezesseis dos entrevistados são do sexo feminino e os outros quatro são do sexo masculino; sobre a faixa etária, 5 deles possuem idade entre 40 a 49 anos, 11 deles entre 50 a 59 anos de idade, 3 possuem idade acima de 60 anos e 1 não respondeu sobre a idade. Sobre o estado civil dos entrevistados, 11 declararam-se casados, 6 solteiros e os outros 3 desquitados ou divorciados ou separados. Para o grau de escolaridade, 6 possuem ensino médio incompleto, 13 ensino médio completo e 1 com ensino superior incompleto. Em relação à deficiência, 19 deles se declararam sem nenhuma deficiência física e apenas 1 com deficiência física dos membros inferiores.

5.2 Significados atribuídos pelos alunos da EJA ao retomar os estudos

Para os aspectos de significação foram analisadas categorias relacionadas às acepções dos alunos da EJA em relação à retomada dos estudos. O primeiro ponto do eixo temático foi a pergunta qual a motivação para retomar os estudos. Os entrevistados tinham a possibilidade de responder por um novo trabalho ou simplesmente para aprender mais. Entre os 20 entrevistados, 9 deles responderam que seria para melhorar no emprego ou para buscar novas oportunidades

de trabalho. Ademais, a maioria dos entrevistados (16 deles) respondeu que era para aprender mais, visando uma faculdade ou um curso técnico (Quadro 9).

Quadro 9

Dados de significação atribuídos pelos alunos da EJA

Eixo temático: significados atribuídos pelos alunos da EJA ao retomar os estudos			
Categoria	Percepção dos entrevistados	Entrevistados	Total
Motivação para retomar os estudos	Trabalho	E2, E4, E9, E11, E12, E13, E14, E16, E18,	9
	Aprender mais (Faculdade/Curso técnico)	E1, E3, E4, E5, E6, E7, E8, E9, E10, E12, E14, E16, E17, E18, E19, E20.	16
Categoria	Percepção dos entrevistados	Entrevistados	Total
Sentimento em relação à escola	Bom	E1, E2, E3, E4, E5, E6, E7, E8, E9, E10, E11, E12, E13, E14, E15, E16, E17, E18, E19, E20.	20
	frustração		0
Categoria	Percepção dos entrevistados	Entrevistados	Total
Relação com os professores e colegas	Ruim	E11	1
	Bom	E1, E6, E7, E8, E15, E19, E20.	7
	Excelente	E2, E3, E4, E5, E9, E10, E11, E12, E13, E14, E16, E17, E18.	13
Categoria	Percepção dos entrevistados	Entrevistados	Total
	Transporte	E2, E11, E13,	3
	Cansaço	E4, E5, E6, E8,	13

Dificuldades para estudar		E9, E11, E12, E13, E15, E16, E18, E19, E20.	
	Idade	E9, E10, E13, E14, E16, E17, E18.	7
Categoria	Percepção dos entrevistados	Entrevistados	Total
Aspectos favoráveis para os estudos	Satisfação pessoal	E1, E2, E3, E4, E5, E6, E7, E8, E9, E11, E13, E14, E16, E17, E18.	15
Categoria	Percepção dos entrevistados	Entrevistados	Total
Aspectos desfavoráveis para os estudos	Trabalho	E2, E4, E5, E6, E8, E11, E12, E13, E14, E15, E16, E17, E18, E19, E20.	15
	Família/Filhos	E2, E3, E8, E9, E10, E12, E13, E19, E20.	9
Categoria	Percepção dos entrevistados	Entrevistados	Total
Satisfação no dia a dia na escola	Autoestima	E1, E2, E3, E4, E5, E6, E7, E8, E9, E10, E11, E13, E14, E16, E17, E18, E19.	17
Categoria	Percepção dos entrevistados	Entrevistados	Total
Insatisfação no dia a dia na escola	Discriminação	E9, E12, E17, E18, E20.	5

Fonte: Elaborado pelo autor.

A segunda e a terceira categorias analisadas (Quadro 9) dizem respeito ao sentimento dos alunos em relação à escola e a relação com os professores e colegas de sala. A pergunta feita aos entrevistados foi qual o sentimento dos alunos da EJA em relação à escola. A percepção dos entrevistados em relação ao sentimento foi que dos 20 entrevistados, por

unanimidade, 20 responderam que o sentimento era bom, sem nenhuma frustração. Para a categoria de relação com os professores e colegas de sala de aula, dos 20 alunos entrevistados, 7 responderam que a relação é boa, 13 constataram que a relação é excelente, de acordo com resposta do **E16**:

“Então, a relação dos professores foi excelente, foi muito boa, eles com muita paciência, com muita dedicação, a gente via muito amor, os professores tinham muito amor com a gente, muita paciência, às vezes a gente estava lento, quando a gente está um pouquinho mais velho...”

e apenas um registro ruim em relação aos colegas de sala de aula, como registra o **E11**:

“Então, com os colegas foi mais difícil porque teve várias idades, né? Tem uns meninos mais novos que não entenderam a minha volta por ser já madura. Então, assim, tinha algumas piadinhas e a gente até se sentia mais inferior a eles, porque eles vinham para brincar e a gente já estava determinado no que a gente estava querendo, né?”.

Para as demais categorias (Quadro 9) como dificuldades para estudar, aspectos favoráveis para os estudos, aspectos desfavoráveis para os estudos, satisfação no dia a dia na escola e insatisfação no dia a dia na escola foram alcançados os resultados, conforme constam no Quadro 9. As dificuldades de estudar para os entrevistados começam pelo meio de transporte público, ou seja, 3 dos 20 alunos atribuem a dificuldade de estudar a locomoção para chegar até a escola. 13 atribuem ao cansaço e 7 atribuem ao fator idade. Para os aspectos favoráveis para os estudos, 15 alunos entrevistados responderam que é satisfação pessoal. Sobre o que desfavorece os estudos é a conciliação do trabalho com o estudo, 15 alunos responderam que o trabalho é um grande dificultador do estudo. Ainda, dos 20 entrevistados, 9 responderam que a família/filhos dificultam os estudos, pois carecem de atenção principalmente as mulheres que são mães. Para a satisfação no dia a dia na escola, 17 entrevistados responderam que retomar os estudos gera uma sensação de autoestima nos alunos, enquanto que 5 deles relatam insatisfação no dia a dia na escola por sofrer discriminação, conforme depoimento do E17.

E17: “A gente sofre um pouco de preconceito por ser mais velha, né? E tinha muitas pessoas assim, mais jovens. Então, assim, existe um preconceito bem grande. Mas a gente precisa ter força de vontade e largar assim, os comentários, as coisas que as outras

peças comentam e seguir em frente. Não é que não podemos olhar para trás. A gente tem que ter um objetivo e seguir esse objetivo, não é? Que era o que eu queria conseguir concluir o meu ensino médio e hoje eu estou bem, estou feliz.”.

5.3 Discriminação por idade e suas possíveis consequências

A discriminação por idade em relação aos estudantes da EJA, tema abordado por esta pesquisa, ficou bem evidenciada na análise dos dados colhidos em entrevistas realizadas com esses alunos. As questões foram analisadas, de acordo com os resultados apresentados no Quadro 10, no contexto de sala de aula dos alunos da EJA, sobre o dia a dia relacionados aos significados da discriminação por idade, a existência de preconceito/discriminação por idade na escola, a experiência pessoal de discriminação por idade na escola, a relação idade x aprendizado, o preconceito por idade e o abandono dos estudos e a resistência para regressar aos estudos.

Quadro 10

Discriminação por idade na escola

Eixo temático: discriminação por idade na escola e suas possíveis consequências			
Categoria	Percepção dos entrevistados	Entrevistados	Total
Significado da discriminação por idade	Estar velho para estudar	E1, E2, E3, E5, E6, E7, E8, E9, E10, E11, E12, E13, E14, E15, E16, E17, E18 e E20	19
	Desconforto	E4	1
Categoria	Percepção dos entrevistados	Entrevistados	Total
Existência de preconceito/discriminação por idade na escola	Sim	E1, E4, E6, E7, E8, E9, E10, E11, E13, E16, E17, E18 e E20	13
	Não	E2, E3, E5, E12, E14, E15 e E19	7

Categoria	Percepção dos entrevistados	Entrevistados	Total
Experiência pessoal de discriminação por idade na escola	Sim	E2, E7, E8, E9, E10, E11, E12, E13, E16, E17, E18 e E20	12
	Não	E1, E3, E4, E5, E6, E14, E15 e E19	8
Categoria	Percepção dos entrevistados	Entrevistados	Total
Relação idade x aprendizado	Procede	E1, E2, E5, E6, E9, E10, E11, E12, E13, E14, E15, E16, E17, E18, E19 e E20	16
	Não procede	E3, E4, E7 e E8	4
Categoria	Percepção dos entrevistados	Entrevistados	Total
Preconceito por idade e o abandono dos estudos	Sim	E5, E6, E8, E9, E13, E15, E17, E18 e E20	9
	Não	E1, E2, E3, E4, E7, E10, E11, E12, E14, E16 e E19	11
Categoria	Percepção dos entrevistados	Entrevistados	Total
Resistência para regressar aos estudos	Sim	E1, E2, E3, E5, E6, E7, E8, E9, E10, E11, E12, E13, E17, E18, E19 e E20	16
	Não	E4, E14, E15 e E16	4

Fonte: Elaborado pelo autor.

O primeiro ponto analisado foi sobre o significado de preconceito por idade, ou seja, foi questionado aos entrevistados o que é discriminação por idade. No contexto escolar, a grande maioria (19 deles) disse que discriminação por idade é você estar velho para estudar e as pessoas perguntam, para que estudar agora? Apenas um dos entrevistados disse que o preconceito de idade é desconforto. O exemplo citado pelo E2 representa bem a grande maioria em sua fala:

E2: “A discriminação da minha idade é igual quando eu decidi voltar a estudar. Eu escutei muito dos outros falarem, mas você tá doida com 48 anos. Você voltar a estudar, eu não animaria. Você já trabalha, já é pesado, já é mãe solo. Voltar a estudar, já está velha. Tipo assim, eu escutei muito isso. Você já está velha para poder estudar.”

Já o segundo ponto analisado, que é a categoria da existência de preconceito/discriminação por idade na escola, foi perguntado se sim ou não e na percepção de 13 entrevistados existem, sim, o preconceito por idade na escola. Os outros 7 responderam que esse tipo de preconceito não acontece na escola. A fala do E7 deixa claro a discriminação por idade na escola: “É assim que eles me chamam, de lerda, na sala. Eu não consigo acompanhar eles, né? Porque eu sou mais lenta na sala. Mas a gente vai caminhando, né?”

Outro ponto analisado foi a experiência pessoal de discriminação por idade na escola. Na percepção dos alunos com resposta sim, foram 12 dos alunos entrevistados e não, foram 8 dos alunos. O E2 respondeu que até surpreendeu por não sofrer preconceito pessoal em sala de aula. Veja seu depoimento: “Não, até que não. Eu até me surpreendi muito com isso, porque eu achei que eu ia escutar muito aqui. Não, mas se dessa idade voltar a estudar, pelo contrário, tem apoio de todo mundo”.

Mais um outro ponto que merece consideração, é se o ageísmo dificulta a aprendizagem dos alunos da EJA. Para Silva e Benedictis (2021), é um desafio o desempenho da aprendizagem dos sujeitos jovens, adultos e idosos na Política da EJA. Segundo os entrevistados, a maioria (16 deles) respondeu que sim, ou seja, pensam que o ageísmo atrapalha a aprendizagem dos alunos da EJA.

E6: “Atrapalha, a idade atrapalha porque o raciocínio às vezes é mais lento, a gente está com a cabeça, com a mente mais cansada, então tem que ser mais devagar.”

Por outro lado, somente 4 alunos entrevistados pensam que o ageísmo não dificulta a aprendizagem dos alunos. Para o entrevistado E8, a idade favorece o aprendizado.

E8: “A relação entre a idade e o aprendizado acho que é melhor depois de uma certa idade. Quando você tem uma idade mais avançada, parece que você já até sabia aquilo, só que de uma outra forma, você tem uma experiência de vida, então você aprende muito mais fácil. Eu, para mim, na minha, no meu aprendizado, na idade que eu estou, foi muito mais fácil do que quando eu era jovem.”

Segundo o E8, o aprendizado depois de uma determinada idade fica mais fácil, pois a experiência de mundo contribui muito para facilitar o aprendizado. Desta forma, para os alunos que por motivos diversos não tiveram oportunidade de estudar, devem matricular-se em escolas que ofertam a modalidade de ensino EJA e concluir os estudos na educação básica. Para esses entrevistados, a falta de oportunidade na adolescência e quando mais jovem se deu por motivos como necessidade de trabalhar para ajudar no sustento familiar, falta de escolas próximas e por não conseguirem conciliar trabalho e estudo. Portanto, ressalta-se que, hoje, para os alunos da EJA é possível conciliar trabalho e escola e buscar um aprendizado esperado, mesmo depois de uma idade mais adulta.

Sobre o ageísmo e a evasão escolar dos alunos da EJA / Preconceito por idade e o abandono dos estudos, foi analisado se o ageísmo contribui para a evasão escolar dos alunos da EJA. Barroso (2019) ressalta que o ensino precisa ser apresentado de forma prazerosa e prática para evitar número expressivo de evasão escolar dos alunos de qualquer modalidade de ensino. Concatenado com este autor, as respostas dos entrevistados foram que 9 dos 20 alunos (E5, E6, E8, E9, E13, E15, E17, E18 e E20) responderam que sim, ou seja, o ageísmo contribui com a evasão escolar dos alunos da EJA.

E8: “Com toda certeza. Isso é uma evasão escolar. A evasão escolar acontece por causa da idade. Porque a partir do momento que você está falando que está indo para a escola, você já sofre de discriminação. Você está dentro do ônibus, você fala, vou chegar atrasado na escola, o pessoal já sorri. Para que você está estudando?”.

Para o restante dos entrevistados, ou seja, 11 dos 20 alunos (E1, E2, E3, E4, E7, E10, E11, E12, E14, E16 e E19) tal questão não procede, pois, a evasão escolar acontece em qualquer escola e em qualquer modalidade de ensino, tanto na EJA quanto no regular.

E16: “Não, porque a gente vê aí que tem jovens também que estão no início para abandonar os estudos, então eu acho que não tem nada a ver. Essa parte de sair da escola, de abandonar a escola, não é da idade. São todas as idades, tanto os jovens como as coisas, é por algum motivo, é comodismo ou não quer pagar o preço, porque você tem

que gastar tempo para você aprender, para você dedicar os estudos, você tem que abrir mão de muita coisa, às vezes num passeio, de uma festinha, você tem que abrir mão porque você tem que estudar, você tem que se preparar. Então eu acho que independente da idade, não é só a pessoa idosa, a pessoa mais velha que tem esse problema de abandonar os estudos.”

Além disso, foi analisada a questão do contexto de sala de aula dos alunos da EJA, buscando identificar aspectos do dia a dia relacionados à resistência de retornar aos estudos. Para este ponto foi feita uma pergunta para os alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA), se havia resistência de matricular-se nesta modalidade de ensino da EJA, tendo em vista o ageísmo. Conforme Ribeiro (1986), foi elaborado o Plano Nacional de Educação com obrigatoriedade do ensino primário gratuito e de frequência obrigatória, extensiva aos adultos. Para 16 dos 20 alunos entrevistados (E1, E2, E3, E5, E6, E7, E8, E9, E10, E11, E12, E13, E17, E18, E19 e E20) existe, sim, a resistência de matricular-se numa escola para cursar a modalidade de ensino EJA. Seguem exemplos de algumas falas dos entrevistados:

E6: “Sim, muitos deixam de voltar para a escola por causa da idade, sim. Sim. Tem umas pessoas que ainda falam assim, eu tenho vergonha de ir para a escola nessa altura da vida, porque eu já ouvi isso.”

E7: “Sim. Muitos não vêm porque acham que não dá mais. Sim, eles acham que é vergonhoso a gente procurar estudar depois de uma certa idade, acha que não deve, que a gente não vai conseguir acompanhar as matérias, mas nem todo mundo, muita gente para de estudar porque não tem a coragem de vir fazer a matrícula.”

E11: “Ah, eu não vou voltar por isso, por aquilo. Tem. O que mais tem é pessoas resistentes. A gente fala, ah não, eu não estudei quando eu era nova, agora de velho que eu vou voltar. Eu não. Eu não tenho nem cabeça mais para isso. Então assim, já ouvi. Tem na minha família pessoas que pararam de estudar na quinta série e não querem voltar mais. Então assim, eles têm muita resistência.”

Por outro lado, para os demais alunos (E4, E14, E15 e E16) não existe resistência em matricular-se nessa modalidade de ensino. Para exemplificar, segue a fala do entrevistado 4.

E4: “Eu acredito que é um comodismo, não é nem resistência, porque eles sabem que hoje mudou muito essa questão, a gente está evoluindo. Isso aí, eu acredito que não é isso, eu acredito que é o comodismo mesmo, é a falta de interesse em

querer voltar à escola, não é nem pela idade, né, eu acredito que é falta de interesse mesmo.”

Portanto, de acordo com as respostas dos entrevistados o ageísmo provoca sim resistência dos alunos da EJA de matricular-se em uma escola. Ou seja, para a maioria dos alunos, o ageísmo tem participação direta na falta de interesse dos alunos em retornarem às escolas.

5.4 A melhoria da escola e a comunicação entre os gestores escolares e os alunos da EJA em relação à idade

Por último, as perguntas feitas aos alunos da EJA relacionavam-se a investigar se os gestores escolares mantêm comunicação constante com os alunos da EJA sobre o preconceito de idade e sobre as melhorias para a gestão escolar. Segundo Lozada (2015), as relações interpessoais englobam relações humanas, incluindo relações públicas e comunitárias. O relacionamento interpessoal ocorre em interações entre duas ou mais pessoas em diferentes ambientes sociais, como em casa, no trabalho, na igreja e na escola. Na escola, as relações interpessoais são variadas e influenciam diretamente a aprendizagem, especialmente na relação entre professor e aluno. Essas relações também são responsáveis pela formação de valores morais e pela identidade de cada indivíduo, refletindo diretamente em seu comportamento.

O Quadro 11, a seguir, ilustra sobre a comunicação dos gestores com os alunos da EJA e as necessidades de melhorias para o dia a dia da escola.

Quadro 11

A melhoria da escola e da comunicação entre os gestores e alunos da EJA em relação à idade

Eixo temático: comunicação da gestão escolar sobre ageísmo e o processo para melhoria da escola			
Categoria	Percepção dos entrevistados	Entrevistados	Total
	Boa	E1, E2, E3, E4, E5, E6, E10, E12, E13, E14, E17, E19 e E20	13

Comunicação da gestão escolar sobre ageísmo	Negativa	E15	1
	Normal	E11	1
	Ótima	E7, E8, E16 e E18	4
	Excelente	E9	1
Categoria	Percepção dos entrevistados	Entrevistados	Total
Sugestões de melhorias para gestão escolar	Não	E2, E5, E10, E11, E13, E14, E15, E19 e E20	9
	Está bom , mas pode melhorar	E1, E3, E4, E6, E7, E8, E9, E12, E16, E17 e E18	11

Fonte: Elaborado pelo autor.

Para o primeiro questionamento, se existe boa comunicação da gestão escolar sobre ageísmo com os alunos, as respostas foram as seguintes: dos 20 alunos entrevistados, 13 deles (E1, E2, E3, E4, E5, E6, E10, E12, E13, E14, E17, E19 e E20) afirmaram que a comunicação dos gestores escolares com os estudantes da EJA sobre o tema ageísmo é boa. Observa-se a seguir a fala de um dos entrevistados para ilustrar a questão.

E3: “Não, não, não, não. Trata todo mundo muito bem, sabe? Vocês são pessoas muito boas. Se precisar de alguma coisa, é só chegar perto de vocês. Se der algum problema, é só chegar perto de vocês. Vocês estão aí para ouvir a gente.”

De forma complementar, o E15 afirmou que a comunicação com os gestores é negativa; o E11 afirmou que é normal; e outros 4 alunos (E7, E8, E16 e E18) disseram que a comunicação é ótima e 1 dos alunos respondeu que a comunicação dos gestores com os alunos sobre o assunto é excelente (E9). Como exemplo, mostra-se a fala da estudante E9.

E9: “Aqui pra mim, onde eu estudei, como foi aqui na escola, pra mim foi excelente essa comunicação, porque os professores, eles têm esse brilho no olhar, de quando vê

você retornando e você se esforçando, aí a comunicação foi excelente, foi bem tratada, tanto como na diretoria, como os professores em sala de aula.”

Diante disso, em relação à comunicação dos gestores com os alunos da EJA, a maioria dos entrevistados disse que a relação é boa, o suficiente para uma relação saudável em combate ao preconceito de idade. Segundo o entrevistado E3, os gestores e professores estão à disposição para ajudar e esclarecer os problemas e dificuldades enfrentados por estes alunos. Ainda mais, para o E9, a comunicação é excelente, pois os professores demonstram muito respeito com aqueles que estão retornando aos estudos depois de tanto tempo. Portanto, frisa-se a boa prática de comunicação entre os gestores escolares e alunos da EJA.

Para o segundo questionamento, sobre melhorias da gestão escolar, observou-se que o resultado para a maior parte dos alunos (13 deles) pontuou que está bom, mas pode melhorar sempre, que é muito bem-vindo qualquer tipo de melhoria. Para os demais, ou seja, dos 9 entrevistados, responderam que não precisa melhorar, pois a escola funciona muito bem e que a gestão atual da escola está muito bem engajada com seus processos de trabalho. Enfim, a comunicação dos gestores escolares com os alunos da EJA, sobre o ageísmo, tem-se estabelecido, segundo os entrevistados, e que as melhorias são benéficas para o dia a dia da escola.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve como objetivo analisar como se manifesta o ageísmo na perspectiva dos alunos da Educação de Jovens e Adultos – EJA de uma escola pública estadual de Minas Gerais. Mais especificamente, foi investigado o preconceito relacionado à idade dos estudantes da EJA, e se o fenômeno provoca resistência em matricular-se na escola, a evasão escolar, o potencial de aprendizagem desses alunos, bem como a comunicação dos gestores escolares com os alunos sobre o tema. O estudo focou nos alunos da EJA acima de 40 anos, levando em consideração que as pessoas de diferentes idades podem ser alvo de discriminação. Diante disso, a Constituição Federal (1988) garante o direito à educação para todos, independentemente da idade. A linha de pesquisa em que esta dissertação se insere é a de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho e a teoria utilizada foi a do ageísmo de Robert N. Butler (1969).

Para o embasamento teórico foram feitas leituras de dados históricos, bem como autores relacionados aos temas da educação e ageísmo. O Brasil passou por mudanças estruturais, com disputas ideológicas no século XX e na educação não foi diferente. Essas mudanças tiveram impactos na construção de um sistema nacional de educação pública. Segundo Bittar e Bittar (2012), dois grandes projetos de nação para o Brasil foram implementados, o nacional-populista, que agregava os progressistas em suas defesas da industrialização à base do esforço nacional, a igreja católica com o seu conservadorismo buscando manter a hegemonia na condução da política nacional de educação. E, de outro lado, os setores liberais e progressistas, buscando a ideia de uma Escola Nova, que reivindicava uma escola para todas as crianças e adolescentes dos 7 aos 15 anos de idade. Nesse período foram criados por lei o Sistema Nacional de Educação e o Conselho Nacional de Educação.

Segundo Beleza e Nogueira (2020), a modalidade de ensino EJA só foi criada em 1930 após muitas lutas durante o governo de Getúlio Vargas, pois existia uma política baseada na economia de exportação cafeeira, onde o adulto analfabeto era visto como sem chance de futuro e servia apenas para o trabalho bruto na zona rural e não tinha oportunidade para aprender a ler e escrever. De acordo com Manfredi (1981), Paulo Freire foi indicado para elaborar o Plano Nacional de Alfabetização junto ao Ministério da Educação.

Sobre o fenômeno do ageísmo, as pessoas utilizam-se das suas inferências para estereotipar o envelhecido quanto à sua capacidade física e mental, suas competências sociais, crenças políticas e religiosas. As inferências, por sua vez, podem levar as pessoas à generalizações excessivas de que idosos são frágeis e incapazes. A idade influencia as decisões dos padrões, culminando em uma posição preconceituosa e discriminatória para com os

empregados mais envelhecidos, considerando-os de baixa capacidade física e mental, o que fomenta suas demissões.

Para a análise de dados, foram entrevistados 20 alunos estudantes da EJA, de uma escola estadual de Belo Horizonte - Minas Gerais, ensino médio, os quais foram identificados por ordem de realização da entrevista pela sigla E1, E2, E3, E4, E5 e assim sucessivamente até o E20. Sobre o perfil sociodemográfico dos entrevistados foram analisados sexo, idade, estado civil, grau de escolaridade e deficiência.

No que tange à resistência em se matricular na escola devido ao ageísmo, constatou-se que, entre os alunos da EJA, há uma hesitação em procurar a escola. Dos 20 alunos entrevistados, 16 relataram que sentem essa resistência, enquanto apenas 4 afirmaram que não percebem tal resistência por parte dos alunos.

Sobre a evasão escolar, constatou-se que o ageísmo é um dos fatores preponderantes para a desistência dos alunos da EJA. Essa percepção foi corroborada pelas entrevistas, nas quais 9 dos 20 alunos entrevistados relataram que enfrentam preconceito em sala de aula, o que contribui para a evasão escolar.

Outro ponto analisado foi se o ageísmo dificulta a aprendizagem dos alunos da EJA. Para 20 entrevistados, 16 relataram enfrentar dificuldades de aprendizado devido à idade, indicando que possivelmente não apresentam o mesmo rendimento escolar. Assim, infere-se que a aprendizagem dos alunos da EJA pode ser afetada pela sua faixa etária.

Por último, foi analisada a comunicação entre os gestores escolares e os alunos da EJA em relação à idade no combate ao preconceito de idade. Diante das respostas dos 20 entrevistados, apenas 1 dos alunos confirmou que a comunicação dos gestores sobre o tema é negativa, ou seja, não acontece no dia a dia em sala de aula. Os demais entrevistados, ou seja, 19 deles confirmaram que a comunicação dos gestores escolares sobre o tema é boa, normal, ótima e excelente.

Diante disso, percebeu-se que há lacunas que precisam ser preenchidas, estudadas e discutidas, além da necessidade de posicionamento das organizações e da sociedade sobre os interesses dos estudantes da EJA, para que estes tenham acesso às práticas de ensino defendidas pela Constituição Federal (1988). É de suma importância esta pesquisa para o campo teórico, pois pode contribuir para busca de novos conceitos e teorias, bem como rever e ampliar teorias existentes (Bispo, 2022; Cunliffe, 2022; Faria, 2023; Swedberg, 2014).

Além disso, esta pesquisa pode evidenciar a necessidade de discussão acadêmica sobre o ageísmo na educação de jovens e adultos, pois o conhecimento da academia sobre os alunos da EJA pode contribuir em boas práticas educacionais, culminando até mesmo com a

implementação de políticas públicas que visem o fortalecimento desta modalidade educacional e minimizem os preconceitos de idade aqui detectados.

Para o contexto organizacional, o estudo contribui no combate às práticas de preconceito de idade dentro do ambiente escolar, sensibilizando as organizações escolares a enfrentarem as dificuldades com as quais esses alunos se defrontam, sem prejudicar o desempenho no aprendizado. O combate ao ageísmo na escola pode fortalecer esses alunos na busca de suas expectativas para inserção no mercado de trabalho. Segundo Sorio (2011), o conceito de pesquisa de clima organizacional é um instrumento de gestão voltado para análise do ambiente interno.

Além do mais, esta pesquisa contribui nos aspectos sociais, históricos e culturais em promover uma cultura de respeito com os alunos dessa modalidade de ensino, a Educação de Jovens e Adultos, bem como o combate às práticas de preconceito com os alunos estudantes fora da faixa etária de ensino regular (Teixeira et al., 2018). Ainda, no campo social, o estudo pode contribuir para um envelhecimento mais saudável para os alunos da EJA, com menos preconceito e segregação (Devide, 2000).

Como limitação do estudo, pode-se citar a realização em uma única escola pública estadual de Belo Horizonte – MG. Portanto, sugere-se abordar mais escolas do estado, com alunos com mais idade e não apenas a partir de 40 anos. Recomenda-se a realização da pesquisa com alunos a partir dos 60 anos. Vale lembrar que a escolha de alunos EJA a partir de 40 anos se deu pela oportunidade de entrevistar um número maior de sujeitos. Além disso, para Butler (1969), o ageísmo não se restringe apenas ao idoso, mas sim à relação de uma certa idade para outra idade.

Por fim, devido à complexidade do tema e a escassez de estudos sobre ageísmo relacionado à EJA, no Brasil, sugere-se que em pesquisas futuras esse fenômeno seja mais explorado. Ainda mais, que o campo de pesquisa seja ampliado a todas as escolas estaduais do Estado de Minas Gerais ou até mesmo em todo o país. Outra sugestão é que estudos de diferentes grupos etários, incluindo do ageísmo aos mais jovens possam ser mais explorados (Butler, 1969).

Além disso, registra-se a importância de mais estudos sobre o ageísmo no Brasil relacionado à Educação de Jovens e Adultos, uma vez que ainda se encontram incipientes pesquisas sobre esse tema. Para o levantamento desse estudo não foi encontrado uma pesquisa sequer sobre o tema, conforme consulta de artigos nas bases de dados *Scientific Periodicals Electronic Library* (SPELL) e *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO). Portanto, há necessidade de estudos sobre o tema, pois como registra Butler (1969), o ageísmo gera uma

inquietação dos jovens e de meia-idade, até mesmo uma repulsa e aversão ao envelhecimento, causando medo da morte.

REFERÊNCIAS

- Almeida, N. R. O. de, Fontenele, I. S., & Freitas, A. C. S. (2021). Paulo Freire e a Educação de Jovens e Adultos (EJA). *Ensino em Perspectivas*, 2(1), 1-11.
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 229 p.
- Barroso, L. R. (2019). A Educação Básica no Brasil: Do atraso prolongado à conquista do futuro. *Revista Brasileira de Direitos Fundamentais & Justiça*, 13(41), 117-155.
- Becker, E. L. S., & Keller, L. K. (2020). A trajetória da educação de jovens e adultos no Brasil. *EJA em Debate*.
- Beleza, J. O., & Nogueira, E. M. L. (2020). Contexto Histórico da Educação de jovens e adultos no Brasil. *Revista Ensino de Ciências e Humanidades-Cidadania, Diversidade e Bem Estar-RECH*, 4(2), 107-126.
- Bittar, M., & Bittar, M. (2012). História da Educação no Brasil: a escola pública no processo de democratização da sociedade. *Acta Scientiarum. Education*, 34(2), 157-168.
- Brasil. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- Brasil. Ministério da Educação. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: MEC, 1996b. Disponível em: BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: MEC, 1996b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm. Acesso em: 12 fev. 2023.
- Brasil. Plano Nacional de Educação. *Lei nº 13.005, de 14 de julho de 2014*. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm. Acesso em: 12 fev. 2023.
- Butler, R. N. (1969). Age-ism: Another Form of Bigotry. *The Gerontologist*, 9(4), 243-246. https://doi.org/10.1093/geront/9.4_Part_1.243
- Butler, R. N. (1980). Ageism: a Foreword. *Journal of Social Issues*, 36(2), 8-11. <https://doi.org/10.1111/j.1540-4560.1980.tb02018>.
- Câmara, R. H. (2013). Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações. *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia*, 6(2), 179-191.
- Carneiro, R., Chau, F., Soares, C., de Sousa Fialho, J., & Sacadura, M. J. (2012). O envelhecimento da população: dependência, ativação e qualidade. *Povos E Culturas*, (16), 13-32.
- Devide, F. P. (2000). Velhice... Espaço Social de Aprendizagem: aspectos relevantes para a intervenção da Educação Física. *Motriz*, 6(2), 65-73.

- Di Pierro, M. C. (2005). Notas sobre a redefinição da identidade e das políticas públicas de educação de jovens e adultos no Brasil. *Educação & Sociedade*, 26, 1115-1139.
- Ferreira, V. H. S., Leão, L. R. B., & Faustino, A. M. (2020). Ageísmo, políticas públicas voltadas para população idosa e participação social. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, (42), e2816-e2816. file:///C:/Users/phlfe/Downloads/9437-Texto%20do%20artigo-25693-1-10-20211222.pdf. Acesso em 01 mar. 2023.
- Fontanella, B. J. B., Luchesi, B. M., Saidel, M. G. B., Ricas, J., Turato, E. R., & Melo, D. G. (2011). Amostragem em pesquisas qualitativas: proposta de procedimentos para constatar saturação teórica. *Cadernos de saúde pública*, 27(2), 388-394.
- França, L. H. D. F. P., & Soares, D. H. P. (2009). Preparação para a aposentadoria como parte da educação ao longo da vida. *Psicologia: ciência e profissão*, 29, 738-751.
- Freire, P. (2018). *Pedagogia da libertação em Paulo Freire*. Editora Paz e Terra.
- Goldenberg, M. (2016). *Velho é lindo!* Editora José Olympio.
- Godinho, N. (2018). Guia orientador para a elaboração de trabalhos escritos, referências bibliográficas e citações: Norma APA. *Centro de Documentação e Biblioteca da ESEL. Obtido de <https://www.esel.pt/sites/default/files/migratedfiles/9347-GuiaOrientadorvs2018.pdf>*.
- Goldenberg, M. (2016). *Velho é lindo!* Editora José Olympio.
- Helal, D. H., & Viana, L. O. (2021). Ageísmo: uma revisão integrativa da literatura em língua portuguesa. *Conhecimento & Diversidade*, 13(29), 171-191.
- Iversen, T. N., Larsen, L., & Solem, P. E. (2009). A conceptual analysis of ageism. *Nordic psychology*, 61(3), 4-22.
- Lima, M. E. O., & Pereira, M. E. (2004). *Estereótipos, preconceito e discriminação: perspectivas teóricas e metodológicas*. EDUFBA
- Lopes, D. M. D. S. (2012). *Solidão e Bem-estar Subjetivo na Terceira Idade: Estudo comparativo de idosos institucionalizados e não institucionalizados* (Master's thesis).
- Lozada, T. R. *A imprescindível ação das relações interpessoais no âmbito escolar*. 2015.
- Manzini, E. J. Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semiestruturada. In: Marquezine: M. C.; Almeida, M. A.; Omote; S. (Orgs.) *Colóquios sobre pesquisa em Educação Especial*. Londrina: Eduel, 2003. p.11-25.
- Mendes, A. M. Da psicodinâmica à psicopatologia do trabalho. In: MENDES, A. M. (Org.) *psicodinâmica do trabalho: Teoria, método e pesquisas*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.
- Ministério da Educação. (n.d.). Programa Brasil Alfabetizado. <https://alfabetizacao.mec.gov.br/pba#:~:text=Criado%20em%202003%2C%20o%20P,rograma%20Brasil%20Alfabetizado%20%28PBA%29,a%20Meta%209%20do%20PI>

ano%20Nacional%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o. Acesso em 07 de agosto de 2024.

- Moraes, R. (1999). Análise de conteúdo. *Revista Educação*, 22(37), 7-32.
- Moreira, M. J. G. (2020). *Como envelhecem os portugueses: Envelhecimento, saúde, idadeismo*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Olegario, J. L., & dos Santos Ferreira, M. A. Educação de Jovens e Adultos: Um estudo da LDB 9.394/96 e do PNE (2014-2024) Lei nº 13.005/2014.
- Paiva, N. M. F., Sobreira, É. M. C., & de Lima, T. C. B. (2021). Ageísmo e relações intergeracionais em uma organização do setor público. *Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento*, 26(3), 7-28.
- Palmore, E. (1999). Ageism: negative and positive.
- Relatório Mundial Sobre o Idadismo (2022). Washington, D.C.: Organização Pan-Americana da saúde.
- Romanelli, G. (1995). O significado da educação superior para duas gerações de famílias de camadas médias. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, 76 (184).
- Rudolph, C. W., Zacher, H., Finkelstein, L. M., Truxillo, D. M., Fraccaroli, F., & Kanfer, R. (2015). Intergenerational perceptions and conflicts in multi-age and multigenerational work environments. *Facing the challenges of a multi-age workforce: A use-inspired approach*, 253-282.
- Saviani, D. (1982). As teorias da educação e o problema da marginalidade na América Latina. *Cadernos de pesquisa*, (42), 8-18.
- Silva, A. M. D. S., Souza, L. E. C. D., & Aires, L. C. (2022). Revisão sistemática de instrumentos de atitudes em relação aos idosos e ao envelhecimento. *Avaliação Psicológica*, 21(1), 64-73.
- Silva, I. E., & de Souza, D. S. G. (2022). Desafios e Aprendizagens ao Ministras Aulas na Educação de Jovens e Adultos. *Anais Educação em Foco: IFSULDEMINAS*, 2(1).
- Soares, L. J. G., & Pedroso, A. P. F. (2013). Dialogicidade e a formação de educadores na EJA: as contribuições de Paulo Freire. *ETD Educação Temática Digital*, 15(02), 250-263.
- Souza, VPMD (2017). Inclusão social na escola da educação de jovens e adultos e sua juvenilização.
- Strelhow, T. B. (2010). Breve história sobre a educação de jovens e adultos no Brasil. *Revista Histedbr on-line*, 10(38), 49-59.
- Iversen, T. N., Larsen, L., & Solem, P. E. (2009). Uma análise conceitual do ageísmo. *Nordic Psychology*, 61(3), 4-22

- Triviños, A. N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.
- Velloso, I. S. C., Caram, C. D. S., Almeida, I. R. P. D., Souza, M. J. S., Silva, M. H., & Galdino, C. S. (2022). Cuidado paliativo à pessoa idosa na Rede de Atenção à Saúde: uma revisão de escopo. *Aquichan*, 22(3).
- Vergara, S. C. (2009). *Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração*. São Paulo: Atlas.
- Yarshell, F. L. (2014). Competência no Estatuto do Idoso-Lei nº 10.741/2003. *Revista Bonijuris*.

APÊNDICES

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

Dados de identificação

Título do Projeto: QUAL O ALUNO MAIOR DE IDADE NA SALA DE AULA? Uma análise do ageísmo na percepção dos alunos da Educação de Jovens e Adultos – EJA em uma escola estadual de Minas Gerais

Pesquisador Responsável: José Ferreira Neto

Nome do participante:

Data de nascimento:

R.G.:

Você está sendo convidado (a) para participar, como voluntário, do projeto de pesquisa QUAL O ALUNO MAIOR DE IDADE NA SALA DE AULA? Uma análise do ageísmo na percepção dos alunos da Educação de Jovens e Adultos – EJA em uma escola estadual de Minas Gerais de responsabilidade do pesquisador José Ferreira Neto.

Leia cuidadosamente o que segue e me pergunte sobre qualquer dúvida que você tiver. Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, caso aceite fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que consta em duas vias. Uma via pertence a você e a outra ao pesquisador responsável. Em caso de recusa você não sofrerá nenhuma penalidade.

Declaro ter sido esclarecido sobre os seguintes pontos:

1. O trabalho tem por objetivo analisar como se manifesta o ageísmo na perspectiva dos alunos da Educação de Jovens e Adultos – EJA de uma escola pública estadual de Minas Gerais. Para tanto, a pesquisa será realizada com 20 alunos da Educação de Jovens e Adultos-EJA.
2. A minha participação nesta pesquisa consistirá em responder a algumas questões sobre o ageísmo na Educação de Jovens e Adultos-EJA. Poderão ser utilizadas imagens, trazidas pelos entrevistados, desde que sejam de domínio público (revistas, livro, internet, entre outros) durante a condução das entrevistas. Haverá o registro de áudio das entrevistas. Os áudios serão utilizados exclusivamente para fins da pesquisa e ficarão em posse do(a) pesquisador(a). Na apresentação dos resultados da pesquisa os entrevistados não serão identificados. Não haverá qualquer mecanismo de registro de imagem dos entrevistados, como câmeras ou o uso do celular.
3. A coleta de dados será realizada na escola Estadual “Sonho de aprender” (nome fictício).
4. O(a) pesquisador(a) poderá utilizar um roteiro, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário Unihorizontes, para a condução da entrevista.
5. A pesquisa não apresenta riscos inerentes a saúde, física ou mental, bem como a integridade dos participantes. Contudo, fui informado que se desejar posso retirar, a qualquer momento, minha participação.

6. Ao participar desse trabalho contribuirei para o levantamento de discussões que poderão ajudar a favorecer o desenvolvimento de possíveis estratégias para mudanças sociais, colaborando para a ampliação do reconhecimento de estudantes da EJA no contexto educacional.

7. A minha participação neste projeto deverá ter a duração da entrevista, que poderá variar entre 30 a 60 minutos.

8. Não terei nenhuma despesa ao participar da pesquisa e poderei deixar de participar ou retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar, e não sofrerei qualquer prejuízo.

9. Fui informado e estou ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação.

10. Meu nome será mantido em sigilo, assegurando assim a minha privacidade, e se eu desejar terei livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que eu queira saber antes, durante e depois da minha participação.

11. Fui informado que os dados coletados serão utilizados, única e exclusivamente, para fins desta pesquisa, e que os resultados poderão ser publicados com fins acadêmicos.

12. Qualquer dúvida, pedimos a gentileza de entrar em contato com José Ferreira Neto, pesquisador responsável pela pesquisa, telefone: (31) 98425-1355, e-mail: jose.ferreira.neto@educacao.mg.gov.br.

Eu, _____, RG nº _____
declaro ter sido informado e concordo em participar, como voluntário, do projeto de pesquisa acima descrito.

Belo Horizonte, _____ de _____ de 20____.

Assinatura do(a) participante

Assinatura do responsável por obter o consentimento

APÊNDICE B – Roteiro de entrevistas

Prezado(a) Aluno(a),

Esta entrevista visa subsidiar pesquisa de mestrado intitulada “UMA QUAL O ALUNO MAIOR DE IDADE NA SALA DE AULA? Uma análise do ageísmo na percepção dos alunos da Educação de Jovens e Adultos – EJA em uma escola estadual de Minas Gerais” do Centro Universitário Unihorizontes.

Informamos que sua participação é de extrema importância e relevância. Suas respostas individuais serão mantidas em sigilo absoluto e seus fins são estritamente acadêmicos.

Após ler e assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, serão feitas perguntas sobre você, seu trabalho e sua escola.

Muito obrigado pela sua participação e colaboração.

José Ferreira Neto

Mestrando em Gestão Pública e Sociedade
Centro Universitário Unihorizontes

Thaís Pinto da Rocha Torres

Professora Dra. Orientadora
Centro Universitário Unihorizontes

Parte I

A- Dados dos respondentes

1- Gênero:

2- Idade:

3- Estado civil:

	a. Solteiro
	b. Casado
	c. Desquitado / divorciado / separado
	d. Viúvo
	e. União estável
	f. Outro

4- Série escolar:

	1. Primeiro ano do ensino médio
	2. Segundo ano do ensino médio
	3. Terceiro ano do ensino médio

5- Profissão:

B- Roteiro de perguntas

1. Conte-me sobre a sua decisão de retomar os estudos. O que te motivou?
2. Como você se sente em relação à escola? Exemplifique citando como é a rotina na escola.
3. Como é a relação com os professores? E com os colegas?
4. Quais dificuldades você enfrenta para estudar?
5. Quais são os aspectos presentes no local em que você estuda que interferem, de forma favorável, no dia a dia dos alunos? E de forma desfavorável?
6. O que te traz mais satisfação ou insatisfação no seu dia a dia na escola?
7. Para você, qual o significado de discriminação por idade?
8. Você já observou algum tipo de preconceito/discriminação na escola por questão de idade?
9. Qual relação você observa entre idade e aprendizado?
10. Para você, o preconceito em relação à idade pode ser um fator determinante para os alunos da EJA abandonarem os estudos?
11. Na sua opinião, as pessoas podem ter resistência para regressar aos estudos na modalidade EJA, em razão da idade?
12. Você já observou ou sofreu discriminação na escola em razão da idade? Cite exemplos.
13. Como é a comunicação entre gestão escolar e os alunos da EJA?
14. Você tem alguma sugestão de melhoria para sua escola?
15. Gostaria de acrescentar algo, deixar uma sugestão, comentário ou tirar dúvidas sobre a pesquisa?